

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	22
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	127
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	130
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	751.076.090
Preferenciais	0
Total	751.076.090
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.140
Preferenciais	0
Total	3.140
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	5.974.292	6.493.078	5.699.580
1.01	Ativo Circulante	449.117	363.785	395.192
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	220.466	342.908	387.056
1.01.06	Tributos a Recuperar	194	9.841	8.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	194	9.841	8.045
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	194	9.841	8.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	228.457	11.036	91
1.01.08.03	Outros	228.457	11.036	91
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	742	678	0
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	115.555	0	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	1.737	419	91
1.01.08.03.05	Dividendos a receber	110.423	9.939	0
1.02	Ativo Não Circulante	5.525.175	6.129.293	5.304.388
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.204	21.674	975
1.02.01.07	Tributos Diferidos	465	2.081	966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	30.739	19.593	9
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	104	74	0
1.02.01.10.06	Outros ativos	1.059	1.010	0
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	29.576	18.509	9
1.02.02	Investimentos	5.484.796	6.105.386	5.300.840
1.02.02.01	Participações Societárias	5.484.796	6.105.386	5.300.840
1.02.03	Imobilizado	9.175	1.001	2.460
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.931	999	2.460
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	2.931	999	2.460
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.244	2	0
1.02.04	Intangível	0	1.232	113
1.02.04.01	Intangíveis	0	1.232	113
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	0	1.232	113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	5.974.292	6.493.078	5.699.580
2.01	Passivo Circulante	728.961	332.354	47.477
2.01.02	Fornecedores	688	1.719	598
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	688	1.719	598
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.939	2.999	479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.939	2.999	479
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	3.939	2.999	479
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	706.166	243.171	40.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	706.166	200.761	1.033
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	706.166	200.761	1.033
2.01.04.02	Debêntures	0	42.410	39.029
2.01.05	Outras Obrigações	17.424	83.785	6.338
2.01.05.02	Outros	17.424	83.785	6.338
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	173	45.057	147
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	3.698	2.220	3.343
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	12.165	35.365	1.485
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	1.388	1.143	1.363
2.01.06	Provisões	744	680	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	744	680	0
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	744	680	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.564	1.641.757	1.260.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.603.488	1.258.481
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	537.955	201.364
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	537.955	201.364
2.02.01.02	Debêntures	0	1.065.533	1.057.117
2.02.02	Outras Obrigações	1.564	38.269	2.444
2.02.02.02	Outros	1.564	38.269	2.444
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	38.131	998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	1.564	0	1.166
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	0	138	280
2.03	Patrimônio Líquido	5.243.767	4.518.967	4.391.178
2.03.01	Capital Social Realizado	3.321.471	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	3.321.471	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.234.765	1.258.934	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.575	1.231	1.388
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15	0
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-55.470	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	860.489	1.231.057	1.090.752
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283	31.022
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	614.491	985.059	985.059
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.958	-167.982	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-197.805	-147.636	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-9.982	-3.596	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	81.780	30.519	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	74.644	76.653	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-1.771	-4.098	-1.886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-246.847	313.214	266.273
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.174	-21.262	-19.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.298	493	-1.124
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-208.375	333.983	286.868
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-246.847	313.214	266.273
3.06	Resultado Financeiro	-173.901	-179.123	-116.568
3.06.01	Receitas Financeiras	22.388	90.142	35.699
3.06.02	Despesas Financeiras	-196.289	-269.265	-152.267
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-420.748	134.091	149.705
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11	-50	-5
3.08.02	Diferido	11	-50	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-420.737	134.041	149.700
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-420.737	134.041	149.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,67994	0,22269	0
3.99.01.01	ON	-0,67994	0,22269	0,28881
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,67322	0,21889	0
3.99.02.01	ON	-0,67322	0,21889	0,28158

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-420.737	134.041	149.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.193	38.836	52.641
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	-9.725	56.736	-68.251
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	3.954	-3.377	-2.857
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-1.627	1.165	971
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-2.009	-1.690	78.344
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.339	-20.729	23.289
4.02.10	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	49.388	7.873	21.038
4.02.13	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	1.873	-1.142	107
4.03	Resultado Abrangente do Período	-375.544	172.877	202.341

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-210.805	-129.619	-447.685
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-44.941	63.647	-10.055
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-420.737	134.041	149.700
6.01.01.02	Depreciação e amortização	36.261	25.941	2.911
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	41.716	59.773	-282
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	64	680	0
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	124.191	201.961	151.918
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	98	246	48
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	0	0	-25.558
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	173.133	-358.888	-289.428
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-11	50	5
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	344	-157	631
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.539	-19.252	-2.471
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-1.420	-20.296	-5.037
6.01.02.04	Outros ativos	-1.367	-1.338	3.044
6.01.02.05	Fornecedores	-1.031	1.121	-2.306
6.01.02.11	Outras obrigações	2.279	1.261	1.828
6.01.03	Outros	-164.325	-174.014	-435.159
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-164.259	-173.768	-105.664
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-66	-246	-48
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	0	0	-341.893
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	0	0	12.446
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	329.175	-441.037	-1.145.244
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	0	-71.875	0
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-4.630	-1.119	-113
6.02.03	(Aumento) / redução de capital em controladas e controladas em conjunto	233.899	-367.291	-814.249
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	0	0	-883.759
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-94	-752	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.11	Dividendos recebidos	100.000	0	552.877
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-240.812	526.508	1.566.727
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	0	571.113	1.300.000
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-324	-8.249
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.290.975	-1.328	-689.578
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-24.099	-41.677	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-44.884	-5	-52.842
6.03.09	Aumento de capital pelo acionista controlador	1.100.000	0	1.017.678
6.03.12	Compra de ações em tesouraria	0	-15	0
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-1.553	-1.256	-282
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-122.442	-44.148	-26.202
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	342.908	387.056	61.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	220.466	342.908	35.056

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.124.513	-24.169	0	0	0	1.100.344
5.04.01	Aumentos de Capital	1.100.000	0	0	0	0	1.100.000
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	344	0	0	0	344
5.04.13	Aumento de capital mediante capitalização parcial da reserva especial de ágio de Controladora	24.513	-24.513	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-420.737	45.193	-375.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-420.737	0	-420.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.193	45.193
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	45.193	45.193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-370.568	420.737	-50.169	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	50.169	-50.169	0
5.06.09	Absorção de prejuízo do exercício	0	0	-370.568	370.568	0	0
5.07	Saldos Finais	3.321.471	1.234.765	860.489	0	-172.958	5.243.767

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-172	-922	-43.994	0	-45.088
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-43.989	0	-43.989
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	-157	0	0	0	-157
5.04.15	Ações em Tesouraria - Minoritários	0	-15	0	0	0	-15
5.04.16	Dividendos - reserva de lucros a realizar	0	0	-922	-5	0	-927
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.041	38.836	172.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.041	0	134.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	38.836	38.836
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	38.836	38.836
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	141.227	-90.047	-51.180	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	51.180	-51.180	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	141.227	-141.227	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.957	937.637	0	-52.832	0	965.762
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	967.678	0	0	0	1.017.678
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	916	0	0	0	916
5.04.11	Aumento de capital mediante capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	30.957	-30.957	0	0	0	0
5.04.14	Distribuição de dividendos	0	0	0	-52.877	0	-52.877
5.04.16	Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	0	0	0	45	0	45
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.700	52.641	202.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.700	0	149.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.641	52.641
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	52.641	52.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	151.584	-96.868	-54.716	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	54.716	-54.716	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	151.584	-151.584	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.675	-6.031	-6.720
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.486	-6.489	-5.623
7.02.04	Outros	-5.189	458	-1.097
7.02.04.02	Outros Custos	-5.189	458	-1.097
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.675	-6.031	-6.720
7.04	Retenções	-1.400	-1.327	-351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.400	-1.327	-351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.075	-7.358	-7.071
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-184.897	428.502	324.307
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-208.375	333.983	286.868
7.06.02	Receitas Financeiras	23.478	94.519	37.439
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-198.972	421.144	317.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-198.972	421.144	317.236
7.08.01	Pessoal	22.195	11.130	11.109
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.922	8.173	7.417
7.08.01.02	Benefícios	5.229	2.621	3.707
7.08.01.04	Outros	44	336	-15
7.08.01.04.01	Previdência privada	44	336	-15
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.280	6.697	4.131
7.08.02.01	Federais	3.280	6.697	4.131
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196.290	269.276	152.296
7.08.03.01	Juros	196.289	269.265	152.267
7.08.03.02	Aluguéis	1	11	29
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-420.737	134.041	149.700
7.08.04.02	Dividendos	0	927	52.877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-420.737	133.114	96.823

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	20.007.402	19.479.920	18.932.446
1.01	Ativo Circulante	3.171.375	2.772.206	4.778.502
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.909.716	2.014.945	3.783.572
1.01.03	Contas a Receber	501.928	375.660	335.767
1.01.03.01	Clientes	501.928	375.660	335.767
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	501.928	375.660	335.767
1.01.06	Tributos a Recuperar	116.647	105.825	101.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	116.647	105.825	101.081
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	107.995	101.211	94.268
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	8.652	4.614	6.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	643.084	275.776	558.082
1.01.08.03	Outros	643.084	275.776	558.082
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	4.307	37.320	287.185
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	396.235	31.527	69.256
1.01.08.03.03	Outros ativos	233.145	187.688	180.567
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	3.203	9.718	21.074
1.01.08.03.05	Dividendos a receber	0	9.523	0
1.01.08.03.06	Fundo de liquidez - Conta reserva	6.194	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	16.836.027	16.707.714	14.153.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.054.592	858.972	511.750
1.02.01.07	Tributos Diferidos	173.514	127.958	129.287
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	881.078	731.014	382.463
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.118	577.380	327.836
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	6.038	7.854	4.157
1.02.01.10.06	Outros ativos	38.543	35.604	39.471
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	60.967	34.941	585
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	106.576	75.235	10.414
1.02.01.10.09	Fundo de liquidez - Conta reserva	660.836	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.02	Investimentos	106.817	106.852	107.539
1.02.02.01	Participações Societárias	106.817	106.852	107.539
1.02.03	Imobilizado	13.816.126	13.691.750	11.173.804
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.545.178	9.958.920	7.520.455
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	12.544.600	9.958.342	7.518.356
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	578	578	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	82.022	191.437	156.347
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	82.022	185.607	147.893
1.02.03.02.02	Direito de uso de sede administrativa	0	5.830	8.454
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.188.926	3.541.393	3.497.002
1.02.04	Intangível	1.858.492	2.050.140	2.360.851
1.02.04.01	Intangíveis	1.858.492	2.050.140	2.360.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	15.851	17.941	20.031
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	1.131.477	1.239.948	1.420.253
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	644.722	729.255	813.789
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	66.442	62.996	106.778

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	20.007.402	19.479.920	18.932.446
2.01	Passivo Circulante	4.122.614	3.332.411	1.840.305
2.01.02	Fornecedores	544.828	375.775	267.913
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	544.828	375.775	267.913
2.01.03	Obrigações Fiscais	81.188	78.017	66.356
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	81.188	78.017	66.356
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.395	17.600	17.798
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	54.793	60.417	48.558
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.244.935	2.308.744	877.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.936.833	1.491.849	325.763
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	225.543	1.006.375	321.106
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.711.290	485.474	4.657
2.01.04.02	Debêntures	308.102	816.895	551.370
2.01.05	Outras Obrigações	1.239.914	560.551	605.405
2.01.05.02	Outros	1.239.914	560.551	605.405
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99.264	45.976	286
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	20.742	21.651	14.255
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	0	131.990	137.954
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	46.591	71.567	57.982
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	796.834	137.633	298.257
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	273.156	143.799	88.162
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	3.327	7.935	8.509
2.01.06	Provisões	11.749	9.324	23.498
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.749	9.324	23.498
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	11.749	9.324	23.498
2.02	Passivo Não Circulante	9.563.761	10.568.086	11.518.346
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.979.293	9.149.383	10.017.897
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.986.040	3.120.115	3.986.020

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.772.144	1.632.847	2.458.594
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	213.896	1.487.268	1.527.426
2.02.01.02	Debêntures	6.993.253	6.029.268	6.031.877
2.02.02	Outras Obrigações	536.949	1.345.235	1.287.078
2.02.02.02	Outros	536.949	1.345.235	1.287.078
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	94.273	257.382	218.731
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	96.491	212.175	171.712
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	27.481	104.007	110.690
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	165.824	132.757	244.445
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	152.880	638.914	433.363
2.02.02.02.09	Obrigações de aquisições	0	0	108.137
2.02.03	Tributos Diferidos	8.083	8.486	141.421
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.083	8.486	141.421
2.02.04	Provisões	39.436	64.982	71.950
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.436	64.982	71.950
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	39.436	64.982	71.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.321.027	5.579.423	5.573.795
2.03.01	Capital Social Realizado	3.321.471	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	3.321.471	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.234.765	1.258.934	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.575	1.231	1.388
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15	0
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-55.470	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	860.489	1.231.057	1.090.752

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283	31.022
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	614.491	985.059	985.059
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.958	-167.982	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-197.805	-147.636	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-9.982	-3.596	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	81.780	30.519	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	74.644	76.653	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-1.771	-4.098	-1.886
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.077.260	1.060.456	1.182.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.877.643	3.431.516	2.845.057
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.940.713	-2.196.958	-1.972.535
3.03	Resultado Bruto	936.930	1.234.558	872.522
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-227.527	-193.998	-174.671
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-207.187	-196.017	-199.583
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-10.782	-6.817	4.864
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.558	8.836	20.048
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	709.403	1.040.560	697.851
3.06	Resultado Financeiro	-1.000.145	-632.220	-308.632
3.06.01	Receitas Financeiras	317.924	485.567	392.246
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.318.069	-1.117.787	-700.878
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-290.742	408.340	389.219
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.329	-75.053	-69.072
3.08.01	Corrente	-98.984	-102.314	-74.496
3.08.02	Diferido	70.655	27.261	5.424
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-319.071	333.287	320.147
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-319.071	333.287	320.147
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-420.737	134.041	149.700
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	101.666	199.246	170.447
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,67994	0,22269	0
3.99.01.01	ON	-0,67994	0,22269	0,28881
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,67322	0,21889	0
3.99.02.01	ON	-0,67322	0,21889	0,28158

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-319.071	333.287	320.147
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.477	39.120	52.925
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-5.487	53.643	-70.824
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	1.712	-19.564	24.260
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-2.009	-1.690	78.344
4.02.11	Remensuração da obrigação de benefício definido	74.831	11.929	31.876
4.02.12	Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício definido	-25.443	-4.056	-10.838
4.02.13	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	2.838	0	0
4.02.14	Remensuração da obrigação com PIA	-965	-1.730	162
4.02.15	Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação com PIA	0	588	-55
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-273.594	372.407	373.072
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-375.544	172.877	202.341
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	101.950	199.530	170.731

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	890.363	1.583.885	-1.024.850
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.616.903	1.950.719	1.095.849
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-319.071	333.287	320.147
6.01.01.02	Depreciação e amortização	801.242	654.814	507.567
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	81.119	172.728	159.298
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	11.216	-16.640	250
6.01.01.05	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	10.189	11.557	12.167
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	1.039.350	800.046	429.647
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	21.684	16.939	11.117
6.01.01.08	Marcação a mercado de derivativos	26.688	-3.934	-7.779
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	0	0	-313.581
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	9.558	-8.836	-20.048
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-70.655	-27.261	-5.424
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	344	-157	916
6.01.01.13	Baixa de bens do ativo	5.239	18.176	1.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	199.965	219.662	293.785
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-126.267	-39.893	62.842
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	46	59.069	66.876
6.01.02.04	Outros ativos	-40.815	-32.258	-65.436
6.01.02.05	Fornecedores	112.529	108.805	-133.121
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	-6.595	-43.582	0
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a pagar	98.984	102.314	42.950
6.01.02.08	Encargos setoriais	-909	7.396	0
6.01.02.10	Conta de ressarcimento	199.001	62.516	177.651
6.01.02.11	Outras obrigações	-36.009	-4.705	142.023
6.01.03	Outros	-926.505	-586.496	-2.414.484
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-808.348	-398.227	-139.566
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-19.892	-15.895	-8.766

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-89.218	-163.264	-139.506
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-9.046	-8.041	-3.275
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-1	-1.069	-253
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	0	0	-2.337.506
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	0	0	214.388
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-874.587	-3.182.210	-3.653.141
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-824.694	-3.034.212	-2.614.290
6.02.03	(Aumento) / redução de capital em controladas e controladas em conjunto	60.173	0	0
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-139.171	-150.919	-1.038.059
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	29.105	2.921	-792
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-121.005	-170.302	4.216.820
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.352.849	1.168.104	4.247.905
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-108.079	-9.739	-75.484
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-3.244.686	-851.742	-944.915
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-106.634	-217.328	-151.027
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-92.031	-217.701	-220.330
6.03.09	Aumento de capital pelo acionista controlador	1.100.000	0	1.220.861
6.03.11	Redução de capital em controladas	0	-103.216	0
6.03.12	Compra de ações em tesouraria	0	-15	0
6.03.13	Reservas de capital	0	0	164.099
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-8.473	-8.650	-4.064
6.03.15	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-34.650	69.985	-20.225
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-105.229	-1.768.627	-461.171
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.014.945	3.783.572	657.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.909.716	2.014.945	195.872

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.124.513	-24.169	0	0	0	1.100.344	-85.146	1.015.198
5.04.01	Aumentos de Capital	1.100.000	0	0	0	0	1.100.000	0	1.100.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	742	742
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	344	0	0	0	344	0	344
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-108.944	-108.944
5.04.13	Aumento de capital mediante capitalização parcial da reserva especial de ágio de Controladora	24.513	-24.513	0	0	0	0	0	0
5.04.17	Distribuição de dividendos adicionais propostos	0	0	0	0	0	0	-37.117	-37.117
5.04.18	Aumento de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	60.173	60.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-420.737	45.193	-375.544	101.950	-273.594
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-420.737	0	-420.737	101.666	-319.071
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.193	45.193	284	45.477
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	45.193	45.193	284	45.477
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-370.568	420.737	-50.169	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	50.169	-50.169	0	0	0
5.06.09	Absorção de prejuízo do exercício	0	0	-370.568	370.568	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.321.471	1.234.765	860.489	0	-172.958	5.243.767	1.077.260	6.321.027

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-172	-922	-43.994	0	-45.088	-321.691	-366.779
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-43.989	0	-43.989	-782	-44.771
5.04.09	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	-157	0	0	0	-157	0	-157
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-217.693	-217.693
5.04.15	Ações em Tesouraria - Minoritários	0	-15	0	0	0	-15	0	-15
5.04.16	Dividendos - reserva de lucros a realizar	0	0	-922	-5	0	-927	0	-927
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.041	38.836	172.877	199.530	372.407
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.041	0	134.041	199.246	333.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	38.836	38.836	284	39.120
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	38.836	38.836	284	39.120
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	141.227	-90.047	-51.180	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	51.180	-51.180	0	0	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	141.227	-141.227	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.957	937.637	0	-52.832	0	965.762	200.725	1.166.487
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	967.678	0	0	0	1.017.678	203.183	1.220.861
5.04.09	Reservas de capital	0	0	0	0	0	0	164.099	164.099
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	916	0	0	0	916	0	916
5.04.11	Distribuição de dividendos	0	0	0	-52.877	0	-52.877	-166.557	-219.434
5.04.13	Aumento de capital mediante capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	30.957	-30.957	0	0	0	0	0	0
5.04.14	Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	0	0	0	45	0	45	0	45
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.700	52.641	202.341	170.731	373.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.700	0	149.700	170.447	320.147
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.641	52.641	284	52.925
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	52.641	52.641	284	52.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	151.584	-96.868	-54.716	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	54.716	-54.716	0	0	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	151.584	-151.584	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	5.501.100	7.147.359	5.956.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.588.448	3.963.857	3.254.614
7.01.02	Outras Receitas	16.482	147.886	80.594
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	896.170	3.035.616	2.621.445
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.202.028	-4.381.281	-4.188.945
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.861.950	-1.206.583	-1.225.410
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.177.882	-3.015.594	-2.852.434
7.02.04	Outros	-162.196	-159.104	-111.101
7.02.04.02	Outros Custos	-162.196	-159.104	-111.101
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.299.072	2.766.078	1.767.708
7.04	Retenções	-805.748	-930.760	-515.326
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-805.748	-930.760	-515.326
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.493.324	1.835.318	1.252.382
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	317.705	515.404	426.276
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.558	8.836	20.048
7.06.02	Receitas Financeiras	327.263	506.568	406.228
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.811.029	2.350.722	1.678.658
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.811.029	2.350.722	1.678.658
7.08.01	Pessoal	225.010	193.899	160.898
7.08.01.01	Remuneração Direta	182.031	151.490	121.148
7.08.01.02	Benefícios	22.972	27.734	25.891
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.088	9.431	8.048
7.08.01.04	Outros	4.919	5.244	5.811
7.08.01.04.01	Previdência privada	4.919	5.244	5.811
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	583.644	704.835	524.664
7.08.02.01	Federais	371.250	459.969	365.060
7.08.02.02	Estaduais	211.142	243.795	158.771
7.08.02.03	Municipais	1.252	1.071	833

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.321.446	1.118.701	672.949
7.08.03.01	Juros	1.318.069	1.114.851	671.591
7.08.03.02	Aluguéis	3.377	3.850	1.358
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-319.071	333.287	320.147
7.08.04.02	Dividendos	0	927	52.877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-420.737	133.114	96.823
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	101.666	199.246	170.447

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024**
Auren Participações S.A.**PERFIL CORPORATIVO**

A Auren Participações S.A., anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A., é uma companhia de capital aberto, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração e comercialização de energia elétrica renovável e comercialização de energia.

A Auren Participações é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren Energia") e possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável. As usinas hídricas, eólicas e solares da Companhia totalizam 5,2 GW de capacidade instalada totalmente contratada.

DESEMPENHO OPERACIONAL**Fonte Hídrica**

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico.

O índice de disponibilidade verificada das principais Usinas Hidrelétricas da Companhia, como, Água Vermelha, Promissão e Nova Avanhandava – que representam 74,5% da capacidade hidrelétrica da Companhia considerando o total das UHEs próprias e PCHs –, encontram-se acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para as usinas, cujos valores estão abaixo das referências, foi definida uma estratégia de revisão das manutenções plurianuais, visando aumentar a disponibilidade desses ativos e garantir maior segurança operacional ao longo dos anos.

Como reflexo do cenário hidrológico do período, o volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da Auren Participações atingiu 8.522 GWh em 2024, 30% abaixo do registrado no mesmo período de 2023 (12.197 GWh).

Fonte Eólica

A geração eólica bruta atingiu 6.095 GWh em 2024, 24% superior ao mesmo período do ano anterior (4.903 GWh).

O crescimento no volume de geração é explicado, principalmente, pela entrada em operação faseada dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína.

A partir de 17 de setembro de 2024, o ONS implementou uma nova metodologia para restrição de geração, adotando uma abordagem mais ampla, que prioriza áreas com maior sobrecarga no sistema elétrico. Segundo o Operador, a nova metodologia aumenta a confiabilidade do SIN e permite uma distribuição mais equilibrada das restrições de geração, evitando que sejam concentradas em um grupo específico de geradores ou em determinadas regiões. Essas mudanças, aliadas à entrada em operação da linha de transmissão Pacatuba e às características sazonais do recurso eólico, contribuíram para a redução da profundidade dos cortes de geração observados nos ativos no quarto trimestre de 2024 em relação ao observado no terceiro trimestre.

Fonte Solar

Os complexos solares registraram geração bruta de 548 GWh em 2024, redução de 2% em relação ao 2023 (561 GWh).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Auren Participações Consolidado - R\$/mil	2024	2023	Var
Receita operacional líquida	3.877.643	3.431.516	13%
Custo de produção e operação de energia	(2.940.713)	(2.196.958)	34%
Lucro Bruto	936.930	1.234.558	-24%
Gerais e administrativas	(207.187)	(196.017)	6%
Outras (despesas) receitas operacionais	(10.782)	(6.817)	58%
Total das Despesas e Receitas Operacionais	(217.969)	(202.834)	7%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	718.961	1.031.724	-30%
Receitas financeiras	317.924	485.567	-35%
Despesas financeiras	(1.318.069)	(1.117.787)	18%
Total do Resultado Financeiro	(1.000.145)	(632.220)	58%
Resultado de equivalência patrimonial	(9.558)	8.836	-208%
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	(290.742)	408.340	-171%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(98.984)	(102.314)	-3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.655	27.261	159%
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(319.071)	333.287	-196%

Lucro Bruto

No período, o lucro bruto totalizou R\$ 936,9 milhões, -24% se comparado ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelo aumento do custo de energia em 2024, em função de novos contratos de compra de energia para equilibrar o balanço energético da Companhia de modo a suprir exposições ao MRE e garantir o fornecimento de energia em um cenário de geração abaixo do esperado e em razão de *curtailment*, impactado pela menor geração dos parques eólicos com energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas e receitas operacionais somaram R\$ 218,0 milhões no acumulado do ano, aumento de 7% em relação 2023 (R\$ 202,8 milhões). Além do impacto da inflação e do crescimento da Companhia, com a entrada em operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína, foram registrados eventos não recorrentes que aumentaram os custos e despesas em 2024 relacionados à integração devido à combinação de negócios entre a Auren Participações e Auren Energia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido registrado em 2024 foi negativo em R\$ 1.000,1 milhões, em comparação com o montante negativo de R\$ 632,2 milhões registrado em 2023.

As receitas financeiras somaram R\$ 317,9 milhões em 2024, 35% inferior à 2023 (R\$ 485,5 milhões), reflexo, principalmente, da redução no rendimento de aplicações financeiras decorrente do menor saldo de caixa e aplicações financeiras na comparação entre os períodos.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 1.318,1 milhões no acumulado do ano (vs R\$ 1.117,8 milhões em 2023), principalmente influenciadas pela redução nos juros capitalizados em função da entrada em operação total do Complexo Eólico Cajuína 1, e da operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína 2.

(Prejuízo) Lucro Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como resultado dos fatores mencionados e à redução da equivalência patrimonial, a Auren Participações registrou prejuízo líquido de R\$ 319,1 milhões em 2024 (vs lucro líquido de R\$ 333,3 milhões em 2023).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora			Consolidado		
		Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	220.466	342.908	387.056	1.909.716	2.014.945	3.783.572
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	—	—	—	6.194	—	—
Contas a receber de clientes	4	—	—	—	501.928	375.660	335.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	194	9.841	8.045	107.995	101.211	94.268
Outros tributos a recuperar	5	—	—	—	8.652	4.614	6.813
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	115.555	—	—	396.235	31.527	69.256
Cauções e depósitos vinculados	7	742	678	—	4.307	37.320	287.185
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	3.203	9.718	21.074
Dividendos a receber	30	110.423	9.939	—	—	9.523	—
Outros ativos	9	1.737	419	91	233.145	187.688	180.567
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		449.117	363.785	395.192	3.171.375	2.772.206	4.778.502
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	—	—	—	660.836	—	—
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	29.576	18.509	9	106.576	75.235	10.414
Tributos diferidos	6	465	2.081	966	173.514	127.958	129.287
Cauções e depósitos vinculados	7	104	74	—	8.118	577.380	327.836
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	—	60.967	34.941	585
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	6.038	7.854	4.157
Outros ativos	9	1.059	1.010	—	38.543	35.604	39.471
Investimentos em controladas e joint ventures	10	5.484.796	6.105.386	5.300.840	106.817	106.852	107.539
Imobilizado, líquido	11	9.175	1.001	2.460	13.816.126	13.691.750	11.173.804
Intangível, líquido	12	—	1.232	113	1.858.492	2.050.140	2.360.851
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.525.175	6.129.293	5.304.388	16.836.027	16.707.714	14.153.944
TOTAL DO ATIVO		5.974.292	6.493.078	5.699.580	20.007.402	19.479.920	18.932.446

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Controladora			Consolidado		
Notas		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	13	688	1.719	598	544.828	375.775	267.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	706.166	243.171	40.062	2.244.935	2.308.744	877.133
Passivo de arrendamento	16	1.388	1.143	—	3.327	7.935	8.509
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	—	—	—	26.395	17.600	17.798
Outros tributos a pagar	14	3.939	2.999	479	54.793	60.417	48.558
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		173	45.057	147	99.264	45.976	286
Provisões para processos judiciais e outros	18	744	680	—	11.749	9.324	23.498
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	12.165	35.365	—	273.156	143.799	88.162
Encargos setoriais	19	—	—	1.485	20.742	21.651	14.255
Obrigações de aquisições	20	—	—	—	—	131.990	137.954
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	796.834	137.633	298.257
Outras obrigações	21	3.698	2.220	4.706	46.591	71.567	57.982
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		728.961	332.354	47.477	4.122.614	3.332.411	1.840.305
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	—	1.603.488	1.258.481	8.979.293	9.149.383	10.017.897
Passivo de arrendamento	16	1.564	—	1.166	96.491	212.175	171.712
Tributos diferidos	6	—	—	—	8.083	8.486	141.421
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	—	—	—	27.481	104.007	110.690
Provisões para processos judiciais e outros	18	—	—	—	39.436	64.982	71.950
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	38.131	998	94.273	257.382	218.731
Obrigações de aquisições	20	—	—	—	—	—	108.137
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	152.880	638.914	433.363
Outras obrigações	21	—	138	280	165.824	132.757	244.445
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.564	1.641.757	1.260.925	9.563.761	10.568.086	11.518.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito e integralizado	22	3.321.471	2.196.958	2.196.958	3.321.471	2.196.958	2.196.958
Ações em tesouraria		(15)	(15)	—	(15)	(15)	—
Reserva de capital	22.1	1.234.780	1.258.949	1.259.106	1.234.780	1.258.949	1.259.106
Reserva de lucros	22.1	860.489	1.231.057	1.090.752	860.489	1.231.057	1.090.752
Outros resultados abrangentes	22.1	(172.958)	(167.982)	(155.638)	(172.958)	(167.982)	(155.638)
Subtotal		5.243.767	4.518.967	4.391.178	5.243.767	4.518.967	4.391.178
Participação de acionistas não controladores	22.2	—	—	—	1.077.260	1.060.456	1.182.617
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.243.767	4.518.967	4.391.178	6.321.027	5.579.423	5.573.795
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.974.292	6.493.078	5.699.580	20.007.402	19.479.920	18.932.446

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Notas		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	25	—	—	3.877.643	3.431.516
Custo de produção e operação de energia	26	—	—	(2.940.713)	(2.196.958)
LUCRO BRUTO		—	—	936.930	1.234.558
Gerais e administrativas	27	(36.174)	(21.262)	(207.187)	(196.017)
Outras (despesas) receitas operacionais	28	(2.298)	493	(10.782)	(6.817)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(38.472)	(20.769)	(217.969)	(202.834)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(38.472)	(20.769)	718.961	1.031.724
Receitas financeiras		22.388	90.142	317.924	485.567
Despesas financeiras		(196.289)	(269.265)	(1.318.069)	(1.117.787)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	29	(173.901)	(179.123)	(1.000.145)	(632.220)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(208.375)	333.983	(9.558)	8.836
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(420.748)	134.091	(290.742)	408.340
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	(98.984)	(102.314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11	(50)	70.655	27.261
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	11	(50)	(28.329)	(75.053)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(420.737)	134.041	(319.071)	333.287
Atribuído a acionistas da empresa controladora		(420.737)	134.041	(420.737)	134.041
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	101.666	199.246
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)					
Básico e Diluído	24.1	(0,67994)	0,22269	(0,67994)	0,22269

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(420.737)	134.041	(319.071)	333.287
Outros resultados abrangentes				
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro				
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	49.388	7.873	—	—
Remensuração da obrigação de benefício definido	—	—	74.831	11.929
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício definido	—	—	(25.443)	(4.056)
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	1.873	(1.142)	2.838	—
Remensuração da obrigação com PIA	—	—	(965)	(1.730)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação com PIA	—	—	—	588
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro				
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	(9.725)	56.736	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.339	(20.729)	—	—
Hedge de fluxo de caixa	313.954	(3.377)	(5.487)	53.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1(1.627)	1.165	1.712	(19.564)
Opção de recompra de participação acionária	21(2.009)	(1.690)	(2.009)	(1.690)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(375.544)	172.877	(273.594)	372.407
Atribuído a acionistas da empresa controladora			(375.544)	172.877
Atribuído a acionistas não controladores			101.950	199.530

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Demonstração das multações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Descrição	Reservas de Lucros										Participação de acionistas não controladores (nota 22.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal do patrimônio líquido Controladora		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.196.958	—	1.259.106	985.059	74.671	31.022	—	(155.638)	—	4.391.178	1.182.617	5.573.795
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	134.041	134.041	199.246	333.287
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	38.836	—	38.836	284	39.120
Transações com os acionistas:												
Ações em Tesouraria - Minoritários	—	(15)	—	—	—	—	—	—	—	(15)	—	(15)
Remuneração com base em ações	—	—	(157)	—	—	—	—	—	—	(157)	—	(157)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	(43.989)	(43.989)	(782)	(44.771)
Dividendos - reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	(922)	—	—	—	(5)	(927)	—	(927)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(217.693)	(217.693)
Redução de capital em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(51.180)	51.180	—	—	—
Constituição de reservas com lucro do exercício	—	—	—	—	—	9.261	131.966	—	(141.227)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.196.958	(15)	1.258.949	985.059	73.749	40.283	131.966	(167.982)	—	4.518.967	1.060.456	5.579.423
Lucro líquido (prejuízo) do período	—	—	—	—	—	—	—	—	(420.737)	(420.737)	101.666	(319.071)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	45.193	—	45.193	284	45.477
Transações com os acionistas:												
Aumento de capital mediante capitalização parcial da reserva especial de ágio de Controladora	24.513	—	(24.513)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital pelo acionista controlador	1.100.000	—	—	—	—	—	—	—	—	1.100.000	—	1.100.000
Aumento de capital em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	60.173	60.173
Remuneração com base em ações	—	—	344	—	—	—	—	—	—	344	—	344
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	742	742
Distribuição de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(37.117)	(37.117)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(108.944)	(108.944)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(50.169)	50.169	—	—	—
Absorção de prejuízo do exercício	—	—	—	(370.568)	—	—	—	—	370.568	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.321.471	(15)	1.234.780	614.491	73.749	40.283	131.966	(172.958)	—	5.243.767	1.077.260	6.321.027

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
1. RECEITAS	—	—	5.501.100	7.147.359
Receita bruta de venda de energia	—	—	4.588.448	3.963.857
Outras receitas operacionais	—	—	16.482	147.886
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	896.170	3.035.616
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.675)	(6.031)	(3.202.028)	(4.381.281)
Materiais	(165)	(91)	(822.431)	(1.260.579)
Serviços de terceiros	(7.321)	(6.398)	(355.451)	(1.755.015)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(1.861.950)	(1.206.583)
Outros custos operacionais	(5.189)	458	(162.196)	(159.104)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(12.675)	(6.031)	2.299.072	2.766.078
4. RETENÇÕES	(1.400)	(1.327)	(805.748)	(930.760)
Depreciação e amortização	(1.400)	(1.327)	(805.748)	(930.760)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(14.075)	(7.358)	1.493.324	1.835.318
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(184.897)	428.502	317.705	515.404
Equivalência patrimonial	(208.375)	333.983	(9.558)	8.836
Receitas financeiras	23.478	94.519	327.263	506.568
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(198.972)	421.144	1.811.029	2.350.722
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(198.972)	421.144	1.811.029	2.350.722
Pessoal	22.195	11.130	225.010	193.899
Remuneração e encargos	16.922	8.173	182.031	151.490
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	5.229	2.621	22.972	27.734
Previdência privada	44	336	4.919	5.244
FGTS	—	—	15.088	9.431
Tributos (Governos)	3.280	6.697	583.644	704.835
Federais	3.280	6.697	267.381	344.439
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11)	50	28.329	75.053
COFINS	675	3.766	148.113	165.940
PIS	95	612	58.176	68.245
INSS	2.694	2.153	30.645	32.264
Encargos sociais - Outros	(173)	116	2.118	2.937
Estaduais	—	—	211.142	243.795
ICMS	—	—	210.592	243.378
Outros	—	—	550	417
Municipais	—	—	1.252	1.071
IPTU	—	—	1.041	818
ISS	—	—	211	253
Encargos setoriais	—	—	103.869	115.530
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	24.353	21.935
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	23.365	17.785
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	56.151	75.810
Remuneração de capital de terceiros	196.290	269.276	1.321.446	1.118.701
Juros	196.289	269.265	1.318.069	1.114.851
Aluguéis	1	11	3.377	3.850
Remuneração de capitais próprios	(420.737)	134.041	(319.071)	333.287
Lucros (prejuízos) retidos	(420.737)	133.114	(420.737)	133.114
Dividendos	—	927	—	927
Participação de acionistas não controladores	—	—	101.666	199.246

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
		Reapresentado		Reapresentado		
Notas		2024	2023	2024	2023	
Atividades operacionais:						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(420.737)	134.041	(319.071)	333.287	
Ajustes para conciliar o Lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:						
Depreciação e amortização		10, 26 e 27	36.261	25.941	801.242	654.814
Variação monetária e cambial			41.716	59.773	81.119	172.728
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros		18	64	680	11.216	(16.640)
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria		17	—	—	10.189	11.557
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		15 e 28	124.191	201.961	1.039.350	800.046
Juros sobre passivo de arrendamento		16	98	246	21.684	16.939
Marcação a mercado de derivativos		25	—	—	26.688	(3.934)
Resultado de equivalência patrimonial		10	173.133	(358.888)	9.558	(8.836)
Ajuste de preço na aquisição de subsidiária		28	—	—	22.186	—
Tributos e contribuições sociais diferidos		6	(11)	50	(70.655)	(27.261)
Ações e opções de ações outorgadas			344	(157)	344	(157)
Baixa de bens do ativo		11	—	—	5.239	18.176
Variação de ativos e passivos operacionais			(1.539)	(19.252)	199.965	219.662
Contas a receber de clientes			—	—	(126.267)	(39.893)
Tributos e contribuições sociais compensáveis			(1.420)	(20.296)	46	59.069
Outros ativos			(1.367)	(1.338)	(40.815)	(32.258)
Fornecedores			(1.031)	1.121	112.529	108.805
Outros tributos a pagar			—	—	(6.595)	(43.582)
Imposto de renda e contribuição social a pagar			—	—	98.984	102.314
Encargos setoriais			—	—	(909)	7.396
Conta de ressarcimento			—	—	199.001	62.516
Outras obrigações			2.279	1.261	(36.009)	(4.705)
			(46.480)	44.395	1.839.054	2.170.381
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		15 e 29	(164.259)	(173.768)	(808.348)	(398.227)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		16	(66)	(246)	(19.892)	(15.895)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			—	—	(89.218)	(163.264)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada		17	—	—	(9.046)	(8.041)
Pagamento de processos judiciais e outros		18	—	—	(1)	(1.069)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais			(210.805)	(129.619)	912.549	1.583.885
Atividades de investimentos:						
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		10	—	(71.875)	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		11 e 12	(4.630)	(1.119)	(824.694)	(3.034.212)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		20	—	—	(161.357)	(150.919)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		7	(94)	(752)	29.105	2.921
Dividendos recebidos		10	100.000	—	—	—
(Aumento) / redução de capital em controladas e controladas em conjunto		10	233.899	(367.291)	60.173	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos			329.175	(441.037)	(896.773)	(3.182.210)
Atividades de financiamentos:						
Ingressos de novos empréstimos e debêntures		15	—	571.113	2.352.849	1.168.104
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		15	—	(324)	(108.079)	(9.739)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)		15	(1.290.975)	(1.328)	(3.244.686)	(851.742)
Liquidação de instrumento derivativo			(24.099)	(41.677)	(106.634)	(217.328)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		33	(44.884)	(5)	(92.031)	(217.701)
Redução de capital em controladas		22	—	—	—	(103.216)
Compra de ações em tesouraria			—	(15)	—	(15)
Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária		10	20.699	—	20.699	—
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		16	(1.553)	(1.256)	(8.473)	(8.650)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		7	—	—	(34.650)	69.985
Aumento de capital pelo acionista controlador		22	1.100.000	—	1.100.000	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos			(240.812)	526.508	(121.005)	(170.302)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			(122.442)	(44.148)	(105.229)	(1.768.627)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa			342.908	387.056	2.014.945	3.783.572
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa			220.466	342.908	1.909.716	2.014.945

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Auren Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, Pinheiros, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica. Conforme detalhado na nota explicativa 1.5(b), a partir de 31 de outubro de 2024, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Auren Energia S.A. ("Auren"), que por sua vez possui como acionistas controladores a Votorantim S.A. ("Votorantim") e o *Canada Pension Plan Investments Board* ("CPP Investments"), em conjunto.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Prazo de concessão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
Água Vermelha	1978	2032	6	1.396,2	694,5
Nova Avanhandava	1982	2032	3	347,4	125,5
Promissão	1975	2032	3	264,0	93,9
Bariri	1969	2032	3	143,1	59,6
Barra Bonita	1963	2032	4	140,8	46,7
Ibitinga	1969	2032	3	131,5	66,8
Euclides da Cunha	1960	2032	4	108,9	47,1
Caconde	1966	2032	2	80,4	32,5
Limoeiro	1958	2032	2	32,0	14,3
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
Mogi-Guaçu	1994	2032	2	7,2	4,0
São José	2012	2036	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	2036	1	3,0	1,3
Total			35	2.658,5	1.187,8

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

De acordo com a portaria nº 709/2022 de 02 de dezembro de 2022, do Ministério de Minas e Energia (MME), foi aprovada a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.

Alocação da garantia física

A alocação da garantia física é parte da estratégia de sazonalização de energia, ou seja, o quanto da capacidade de geração hídrica, em MW médios, a controlada direta Auren Operações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A.) irá alocar a cada mês do ano vigente para atender seus contratos de venda de energia e capturar oportunidades de mercado. Ao definir qual será a curva de alocação de energia, ou sazonalização, a Companhia avalia diversos cenários e fatores que podem impactar sua capacidade de geração futura, como a curva de despacho das usinas termelétricas, condições hidrológicas, demanda de energia, nível dos reservatórios entre outros fatores que possam influenciar na decisão.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Geração eólica

Geração eólica - Leilões

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
<u>Eólico Alto Sertão II</u>									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/2012	14/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/2012	15/04/2047	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/2012	14/03/2047	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (ii)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/2012	11/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/2012	22/03/2047	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (ii)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/2011	07/03/2046	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/2011	27/03/2046	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/2011	30/05/2046	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/2011	29/05/2046	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/2011	20/03/2046	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Subtotal							230	386,1	184,4
<u>Eólico Ventus</u>									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/2010	12/12/2045	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/2010	12/12/2045	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Subtotal							112	187,0	65,8
<u>Eólico Salinas e Mandacarú</u>									
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,1
Icaraí	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/06/2045	35 anos	2014	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	2014	11	23,1	8,4
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,8
Santo Antônio de Pádua (ii)	12º LEN/2011	419/2012	12/07/2012	11/07/2047	35 anos	2014	7	14,0	5,7
São Cristóvão	12º LEN/2011	411/2012	11/07/2012	10/07/2047	35 anos	2014	13	26,0	11,1
São Jorge (ii)	12º LEN/2011	412/2012	11/07/2012	10/07/2047	35 anos	2014	12	24,0	10,8
Subtotal							77	158,5	66,7
<u>Complexo Eólico Vento de Araripe</u>									
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	80/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,2
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	78/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,6
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	85/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,7
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	77/2015	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,8
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	83/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,1
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	82/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,7
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	84/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,9
Subtotal							105	210,0	110,0
<u>Complexo Eólico Caetés</u>									
Ventos De Santa Brigida I	5º LER/2013	81/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	8	13,6	6,6
Ventos De Santa Brigida II	5º LER/2013	79/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,7
Ventos De Santa Brigida III	5º LER/2013	69/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	14,4
Ventos De Santa Brigida IV	5º LER/2013	86/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,0
Ventos De Santa Brigida V	5º LER/2013	63/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,0
Ventos De Santa Brigida VI	5º LER/2013	68/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,1
Ventos De Santa Brigida VII	5º LER/2013	125/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,9
Subtotal							107	181,9	94,7
<u>Complexo Eólico Cassino</u>									
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	153/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	11	22,0	8,1
Cassino II (Wind)	02ºLFA/2010	162/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	10	20,0	7,5
Cassino III (Brisa)	02ºLFA/2010	152/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	11	22,0	8,6
Subtotal							32	64,0	24,2
Total							663	1.187,5	545,8

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

(ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas eólicas Pilões, Dourados, São Jorge e Santo Antônio de Pádua foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Geração eólica - contratos no ambiente de contratação livre (ACL)

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (iii)	Garantia física MW (i)
<u>Eólico Tucano</u>								
Tucano F2	ACL	REA 8817/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	4	24,8	11,5
Tucano F3	ACL	REA 8818/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,7
Tucano F4	ACL	REA 8819/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,9
Tucano F5	ACL	REA 8820/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	4	22,8	—
Tucano F6	ACL	REA 8821/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	8	49,6	23,0
Tucano F7	ACL	REA 8822/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	9	55,8	26,8
Tucano F8	ACL	REA 8823/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	8	49,6	21,7
Tucano F9	ACL	REA 8824/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	8	45,6	—
Tucano F1	ACL	REA 8825/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,0
Tucano F11	ACL	REA 8826/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	6	34,2	—
Tucano F13	ACL	REA 8827/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	6	39,9	—
Tucano F2	ACL	REA 8828/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	2	12,4	5,5
Tucano F5	ACL	REA 8829/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	3	17,1	—
Subtotal						79	482,0	147,1
<u>Eólico Cajuína</u>								
Santa Tereza 01	ACL	REA 9262/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	7	39,9	23,3
Santa Tereza 02	ACL	REA 9263/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	7	39,9	20,1
Santa Tereza 03	ACL	REA 9264/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	8	45,6	21,6
Santa Tereza 04	ACL	REA 9265/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	7	39,9	18,2
Santa Tereza 05	ACL	REA 9266/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	8	45,6	23,8
Santa Tereza 06	ACL	REA 9267/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	2	9,0	—
Santa Tereza 07	ACL	REA 9268/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	12	68,4	34,1
Santa Tereza 08	ACL	REA 9269/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	3	17,1	8,3
Santa Tereza 09	ACL	REA 9270/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	14	63,0	—
Santa Tereza 10	ACL	REA 9271/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	9	51,3	25,6
Santa Tereza 11	ACL	REA 9272/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	11	49,5	—
Santa Tereza 12	ACL	REA 9273/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	4	22,8	14,5
Santa Tereza 13	ACL	REA 9274/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	8	45,6	24,4
Santa Tereza 14	ACL	REA 9275/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	8	45,6	23,3
São Ricardo 01	ACL	REA 9474/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	4	22,8	15,1
São Ricardo 02	ACL	REA 9475/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	5	28,5	18,3
São Ricardo 03	ACL	REA 9476/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	9	51,3	24,7
São Ricardo 04	ACL	REA 9477/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	7	39,9	18,8
São Ricardo 05 (ii)	ACL	REA 9478/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
São Ricardo 06 (ii)	ACL	REA 9479/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
São Ricardo 07 (ii)	ACL	REA 9480/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
São Ricardo 08 (ii)	ACL	REA 9481/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
São Ricardo 09 (ii)	ACL	REA 9482/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
São Ricardo 10	ACL	REA 9483/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	45,6	21,0
São Ricardo 11	ACL	REA 9484/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	6	34,2	15,7
São Ricardo 12 (ii)	ACL	REA 9485/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	14	63,0	—
São Ricardo 13 (ii)	ACL	REA 9486/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	49,6	—
Serra Verde I	ACL	REA 8892/2020	15/06/20	14/06/55	35 anos	10	57,0	—
Serra Verde II	ACL	REA 8893/2020	15/06/20	14/06/55	35 anos	10	57,0	—
Serra Verde III	ACL	REA 8894/2020	15/06/20	14/06/55	35 anos	10	57,0	—
Serra Verde IV	ACL	REA 8895/2020	15/06/20	14/06/55	35 anos	10	57,0	—
Serra Verde V	ACL	REA 8896/2020	15/06/20	14/06/55	35 anos	9	51,3	—
Subtotal						258	1.445,4	350,8
Total						337	1.927,4	497,9

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.
- (ii) Por decisões estratégicas, a Companhia optou pela adesão à anistia para as outorgas de acordo com a resolução 1.065/2023 da ANEEL.
- (iii) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) estava conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Complexo Eólico Alto Sertão II								
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	205,51	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	203,89	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	204,23	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	204,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	206,60	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	205,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	204,90	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	202,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	201,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			1.551.238					
Complexo Eólico Ventus								
Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	349,81	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	CCEE	160.999	351,42	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	352,11	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Subtotal			510.417					
Complexo Eólico Salinas e Mandacaru								
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	347,51	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Icarai	2º LER/2009	CCEE	61.320	347,54	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	351,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	351,10	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Santo Antônio de Pádua	12º LEN/2011	Distribuidoras	56.064	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
São Cristóvão	12º LEN/2011	Distribuidoras	113.004	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
São Jorge	12º LEN/2011	Distribuidoras	105.996	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
Subtotal			599.184					
Complexo Eólico Vento de Araripe								
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	CCEE	146.292	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	CCEE	139.284	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	CCEE	140.160	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	CCEE	125.268	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	CCEE	136.656	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	CCEE	128.772	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Subtotal			948.708					
Complexo Eólico Caetés								
Ventos De Santa Brigida I	5º LER/2013	CCEE	57.816	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida II	5º LER/2013	CCEE	128.772	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida III	5º LER/2013	CCEE	126.144	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida IV	5º LER/2013	CCEE	122.640	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida V	5º LER/2013	CCEE	131.400	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Brigida VII	5º LER/2013	CCEE	130.524	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Subtotal			829.572					
Complexo Eólico Cassino								
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	77.964	310,29	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
Cassino II (Wind)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	70.080	310,31	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
Cassino III (Brisa)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	83.220	310,27	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro
Subtotal			231.264					
Total			4.670.383					

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Geração solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MWh (i)
Solar Guaimbê									
Guaimbê I	6º LER/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Subtotal							110	150,0	29,5
Solar Ouroeste									
Boa Hora 1	8º LER/2015	239/2016	10/06/16	09/06/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Boa Hora 2	8º LER/2015	173/2016	12/05/16	11/05/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Boa Hora 3	8º LER/2015	169/2016	10/05/16	09/05/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Subtotal							66	69,0	15,9
Solar Água Vermelha									
AGV IV	25º LEN/2017	244/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	15,2	4,0
AGV V	25º LEN/2017	243/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	8,0
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	7,5
Subtotal							66	76,0	19,5
Solar Água Vermelha									
AGV VII	ACL	REA 10.648/2021	29/09/21	27/09/56	35 anos	2024	104	33,2	—
Subtotal							104	33,2	—
Total							346	328,2	64,9

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Solar Guaimbê								
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	377,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	377,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Subtotal			259.130					
Solar Ouroeste								
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.555	461,27	nov/18	out/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.555	461,27	nov/18	out/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.555	461,27	nov/18	out/38	IPCA	Novembro
Subtotal			139.665					
Solar Água Vermelha								
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	199,89	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	199,89	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	201,50	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
Subtotal			173.924					
Total			572.719					

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes

1.4 Comercialização de energia

A Mesa de Operações de Comercialização de Energia da Companhia visa maximizar a performance do portfólio das empresas de geração do Grupo Auren. A proposta é incorporar inteligência para maximizar a receita no cenário de abundância/escassez dos recursos naturais e garantir uma postura resiliente, buscando vender antecipadamente parte da energia disponível. A Mesa de Operações procura complementar a gestão do portfólio em todo o seu potencial, amparada pelos levantamentos estatísticos e mapas meteorológicos, além de suportar as áreas comercial e varejista.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Mesa de Operações tem capacidade para maximizar a atuação do Grupo Auren no novo mercado varejista e grandes e médios consumidores de energia, quer seja através de contratos, PPAs ou autoprodução, acessando a liquidez de cada segmento e antecipando a tendência de preços.

1.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**a. Cumprimento integral da obrigação de expansão**

O Edital de Privatização previu a obrigação da controlada direta Auren Operações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A.) de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, na opinião da Administração, inviável. Desde então, a Companhia diligenciou junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Assim, em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordaram em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade de garantir as condições de execução do acréscimo de capacidade instalada em 398 MW, dada a nova realidade do mercado, no que se refere ao volume, forma e tempo, sem a imposição de qualquer penalidade.

Sobre o volume, o acordo em questão já considera documentos apresentados à época pela Companhia, comprovando parte da ampliação da capacidade instalada para atendimento do Acordo, totalizando 317 MW, de forma que, ainda nos termos do acordo, havia um saldo da obrigação de expansão remanescente de 81 MW.

Considerando a capacidade remanescente, no que se refere ao prazo, conforme destacado anteriormente, ficou então concedido 6 anos a partir da assinatura do instrumento. Já no que se refere a forma, o acordo poderia então ser cumprido considerando as opções abaixo:

- i. Comercialização de energia de novos empreendimentos, a serem implantados em território paulista, em leilões de energia regulados pela ANEEL;
- ii. Aquisição de empreendimentos existentes de geração centralizada ou distribuída em operação comercial, e/ou;
- iii. Implantação de empreendimentos de geração centralizada ou distribuída para comercialização de energia elétrica no mercado livre.

Com relação ao item (iii) acima, há ainda uma regra que prevê a aplicação de um “Fator de Equivalência” (“FE”) no saldo remanescente, em sendo esta a opção de expansão de capacidade instalada. O FE, conceitualmente, nada mais é do que a definição de requisitos para que se chegue a um valor equânime/correspondente de geração para a obrigação de expansão dada a conjuntura aqui já mencionada de menor demanda de energia e transformação do mercado de energia.

Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

Projetos vinculados à obrigação de expansão

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde o início da concessão em 1999, com a finalidade de atender a obrigação de expansão, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da controlada direta Auren Operações foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011; 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012; dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW; aquisição, em 2018, do Complexo Solar Guaimbê com 150 MW; e construção, em 2019, do Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.

Dadas as formas disponíveis de expansão para potência remanescente, a Companhia optou pela implantação de empreendimentos de geração centralizada para comercialização de energia elétrica no mercado livre.

Escolhida essa opção, foi calculado o FE para encontrar o saldo remanescente equivalente. Para 2021, conforme previsão de atualização monetária, os valores atualizados dos parâmetros geram um FE atualizado de 2,87.

Dado que o período de atualização tem como base a data de outorga, informa-se que foi publicada a outorga da UFV Água Vermelha VII, no dia 29 de setembro de 2021, através da Resolução Autorizativa nº 10.648, de 28 de setembro de 2021. Assim, temos os valores, conforme abaixo:

Requisitos - Acordo Expansão São Paulo	
	Acordo 2021
Necessidade de expansão (MW)	81
Fator de Equivalência (FE): (VRES/CME)	2,87
VRES (Portaria 65/2018) (R\$/MWh) (i)	537,67
CME (R\$/MWh) (ii)	187,46
Expansão ponderada (MW/FE)	28,22

- (i) VRES - Valor anual de referência
- (ii) CME - Custo marginal de expansão

O saldo remanescente de expansão para cumprimento integral do acordo através de implantação de usinas no mercado livre é de 28,22 MW e dado que a UFV Água Vermelha VII possui uma capacidade instalada de 33,21 MW, estaria cumprida a obrigação em questão. Em 2021, a Companhia apresentou manifestação comprovando o atendimento à obrigação de expansão.

Em abril de 2022, o Governo do Estado se manifestou através de Manifestação Técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, em concordância técnica com toda a manifestação e documentação apresentada, restando apenas a comprovação da entrada em operação da UFV Água Vermelha VII, que ocorreu em 30 de julho de 2024, conforme despacho ANEEL nº 2.204/2024.

Em agosto de 2024 a Companhia enviou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL SP, o relatório de comissionamento emitido pela Engenharia do Proprietário (MFPlan), empresa contratada para fiscalizar toda etapa de execução do empreendimento com o intuito de demonstrar que a obra foi executada conforme o projeto executivo. Além do relatório, foram enviados outros documentos (Licença de Instalação-LI, Licença de Operação-LO, Despacho da ANEEL liberando a operação comercial da UFV Água Vermelha VII, etc), evidenciando assim o cumprimento das diversas etapas e a plena operação da usina.

b. Combinação de negócios com a Auren Energia S.A.

Em 15 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A. ("ARN"), o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Acordo") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da Companhia em subsidiária integral da Auren, conforme as seguintes etapas, todas elas interdependentes e vinculadas entre si.

- (i) A incorporação da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia foi realizada via ARN, com a consequente entrega aos acionistas da Companhia de determinado número de ações ordinárias (ONs) e ações compulsoriamente resgatáveis (PNs) da ARN. A relação de troca

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foi de 10 (dez) ações da ARN para cada 1 (uma) ação da Companhia no momento da data de fechamento da Operação.

Com base nos termos da Operação, os acionistas da Companhia optaram pelo recebimento de ações ONs ou ações PNs, sendo que cada ação PN foi resgatada pelo valor de R\$ 1,18438832610.

Os acionistas da AES Brasil escolheram uma das opções disponíveis e detalhadas abaixo:

	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Percentual recebido em Ações ON ARN	90%	50%	0%
Percentual recebido em moeda corrente nacional (a)	10%	50%	100%

(a) Reflete o resgate compulsório e automático das ações PN da ARN, com o consequente e imediato cancelamento dessas ações.

Nos termos do Acordo, foi assegurado aos acionistas da Companhia um prazo de 10 (dez) dias úteis para optarem pelo recebimento de ações ONs e/ou ações PNs, o qual ocorreu de 16 a 29 de outubro de 2024.

(ii) Imediatamente após a conclusão da troca de ações, as ações PNs da ARN foram automática e obrigatoriamente resgatadas e, como contraprestação do resgate das ações PNs, os acionistas da Companhia receberam um valor em dinheiro, de acordo com as opções que forem feitas por eles, o qual estão detalhados abaixo:

(a) Total de 50.377.974 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e

(b) Valor total em dinheiro, a título de resgate de ações preferenciais, de R\$ 6.358.682.

(iii) Na sequência, a ARN foi incorporada pela Auren, e, como resultado, as ações ordinárias da ARN detidas pela Auren foram canceladas e as ações ordinárias da ARN detidas pelos outros acionistas destinadas para o aumento de capital da Auren em troca de novas ações. Em contraprestação, em decorrência (a) do resultado do exercício do direito de retirada dos acionistas da Companhia no âmbito da incorporação de ações, (b) da alteração do número de ações da Companhia mantidas em tesouraria por força do exercício do direito de retirada, (c) dos custos ligados aos pacotes de retenção dos colaboradores da Companhia; (d) dos custos e despesas efetivamente incorridos pela Companhia no processo de obtenção das anuências de terceiros e credores previstas no Acordo e, (e) da capitalização de reserva de ágio realizado pela Auren Operações S.A., incluindo saldos remanescentes que não tenham sido capitalizados e que sejam atribuídos ao BNDES, os acionistas da Companhia receberam ações ordinárias (“ON”) de emissão da Auren e para cada 1 ação ARN que detenham, receberam ao equivalente 0,07499873952 ação ordinária de emissão da Auren. Consequentemente, na data do fechamento da Operação, a todos os ativos e passivos da ARN foram transferidos para a Auren, com o cancelamento do investimento da Auren na ARN e a extinção da ARN (incorporação da ARN pela Auren).

(iv) Aprovação da Combinação de negócios pelo CADE: No dia 14 de junho de 2024, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou, sem restrições, a proposta de Combinação de negócios entre Auren e AES Brasil. Transcorrido o prazo de 15 dias da publicação da referida decisão, ela tornou-se final e definitiva.

(v) Aprovação da Combinação de negócios pela ANEEL: No dia 06 de setembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), anuiu a transferência de controle societário indireto da Auren Operações S.A. para a Auren.

(vi) Data de fechamento: Em 31 de outubro de 2024, a aquisição da Companhia foi concluída, após cumprimento de todas as condições precedentes.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 10 de fevereiro de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, submetendo-as nesta data à avaliação do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária a ser convocada.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*“deemed cost”*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de homologação.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos; ressarcimentos de contratos regulados eólicos e solares, benefícios pós-emprego, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para desmantelamento de ativos e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou que não houve qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

2.5 Base de preparação e apresentação**■ Continuidade operacional**

A Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$951.239, em 31 de dezembro de 2024, motivado, principalmente pelos compromissos assumidos ligados à construção dos complexos de Tucano e Cajuína e restrições de geração impostas pelo agente regulador nos ativos eólicos e solares em operação, que impactou negativamente a geração de caixa das empresas.

No contexto da combinação de negócios com a Auren, a Administração da Companhia possui um plano para recuperação da performance dos ativos, com iniciativas focadas em disponibilidade, confiabilidade, performance e governança.

Adicionalmente, para fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia e em linha com seu plano de negócios, em 06 de janeiro de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração um aumento de capital no valor de R\$ 800.000 (vide nota explicativa nº 36), cujo valor foi integralizado em 06 de janeiro de 2025. A Administração da Companhia continua avaliando as melhores alternativas de alocação de caixa considerando sua estrutura ótima de capital.

■ Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**■ Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

■ Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.7 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2024, estão evidenciadas a seguir:

■ Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

2.8 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir.

A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.	1º de janeiro de 2025
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) - IFRS S1 e IFRS S2

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2:

- (i) IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;
- (ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões *Sustainability Accounting Standards Board* (“SASB”) referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As organizações poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024. A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, conforme estabelecido na Resolução 193.

2.9 Critérios de consolidação

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

Os investimentos em empreendimento controlados em conjunto ("*joint venture*") são negócios em conjunto e não são consolidados, segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2024	2023
Controlada direta					
Auren Operações S.A. (Auren Operações)	Geração hidroelétrica	Geração hidroelétrica	São Paulo, SP	100%	100%
ARN Comercializadora de Energia Ltda. (ARN Comercializadora)	Comercializadora	Comercializadora	São Paulo, SP	100%	100%
GF1 Holdings S.A. (Auren GF1 Holdings)	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
GF2 Holdings S.A. (Auren GF2 Holdings)	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Arinos Solar Holding S.A. (Arinos Holding)	Holding	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Tucano Holding I S.A. (Tucano Holding I)	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
Ventos de São Tomé Holding S.A. (Araripe)	Holding	Complexo Caetés	São Paulo, SP	100%	100%
Ventos de São Tito Holding S.A. (Caetés)	Holding	Complexo Araripe	São Paulo, SP	100%	100%
Auren Energy Solutions Ltda.	Comercializadora	Comercializadora	São Paulo, SP	100%	100%
Controladas indiretas					
Guaimbê Solar Holding S.A. (Guaimbê Holding) (ii)	Holding	Complexo Guaimbê	São Paulo, SP	76,6%	76,6%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. (Guaimbê I) (ii)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,6%	76,6%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. (Guaimbê II) (ii)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,6%	76,6%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. (Guaimbê III) (ii)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,6%	76,6%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. (Guaimbê IV) (ii)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,6%	76,6%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. (Guaimbê V) (ii)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,6%	76,6%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (AGV IV) (ii)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,6%	76,6%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. (AGV V) (ii)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,6%	76,6%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (AGV VI) (ii)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,6%	76,6%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Ventus Holding) (ii)	Holding	Complexo Ventus	São Paulo, SP	76,6%	76,6%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos) (ii)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	76,6%	76,6%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos) (ii)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	76,6%	76,6%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba) (ii)	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	76,6%	76,6%
Nova Energia Holding S.A. (Nova Energia) (ii)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	76,6%	76,6%
Tietê Eólica S.A. (Tietê Eólica) (ii)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Ametista S.A. (Ametista) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (Araçás) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Borgo S.A. (Borgo) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Caetité S.A. (Caetité) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas da Prata S.A. (Da Prata) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Dourados S.A. (Dourados) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Espigão S.A. (Espigão) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Maron S.A. (Maron) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Morrão S.A. (Morrão) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (Pelourinho) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Pilões S.A. (Pilões) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. (Seraíma) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (Serra do Espinhaço) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Tanque S.A. (Tanque) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (Ventos do Nordeste) (ii)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	76,6%	76,6%
MS Participações Societárias S.A. (MS)	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	100%
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (Bela Vista)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	100%
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (Embuaca)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (Icarai)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%	100%
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (Mar e Terra)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	100%
Santos Energia Participações S.A. (Santos)	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	100%
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. (Santo Antônio de Pádua)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Central Eólica São Cristóvão S.A. (São Cristóvão)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Central Eólica São Jorge S.A. (São Jorge)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. (Cassino)	Holding	Complexo Cassino	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 1)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 2)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 3)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. (Tietê Integra)	Holding	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. (Tucano F5)	Holding	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AGV Solar VII Geradora de Energia S.A (AGV VII)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
EOL Wind Energias Renováveis S.A. (EOL Wind)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%
EOL Brisa Energias Renováveis S.A. (EOL Brisa)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%
EOL Vento Energias Renováveis S.A. (EOL Vento)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. (Tucano F1)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. (Tucano F2)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. (Tucano F3)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. (Tucano F4)	Geração eólica	Complexo Tucano	Biringa, BA	100%	100%
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	São Paulo, SP	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 02)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Pedro Avelino, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 03)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Pedro Avelino, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 05)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Pedro Avelino, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 06)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 07)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 08)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 09)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 11)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Cerro Corá, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 12)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 13)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Angicos, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 14)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A. (São Ricardo)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 01)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 02)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 05)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 06)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 07)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 08)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 09)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 10)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 12)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 13)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	100%
Serra Verde I Energética S.A. (Serra Verde I)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Bodó, RN	100%	100%
Serra Verde II Energética S.A. (Serra Verde II)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Bodó, RN	100%	100%
Serra Verde III Energética S.A. (Serra Verde III)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Bodó, RN	100%	100%
Serra Verde IV Energética S.A. (Serra Verde IV)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Cerro Corá, RN	100%	100%
Serra Verde V Energética S.A. (Serra Verde V)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Bodó, RN	100%	100%
Serra Verde VI Energética S.A. (Serra Verde VI)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	100%
Serra Verde VII Energética S.A. (Serra Verde VII)	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	100%
Veleiros Holding S.A. (Veleiros)	Holding	Holding	São Paulo, SP	50,5%	50,5%
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 03)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	50,5%	50,5%
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 04)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	50,5%	50,5%
Potengi Holdings S.A (Potengi)	Holding	Holding	São Paulo, SP	50%	50%
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 01)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Pedro Avelino, RN	50%	50%
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 04)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Lajes, RN	50%	50%
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. (Santa Tereza 10)	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Angicos, RN	50%	50%
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. (São Ricardo 11)	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	50%	50%
Cajuína AB1 Holdings S.A. (Cajuína AB1)	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Cajuína AB2 Holdings S.A (Cajuína AB2)	Holding	Holding	São Paulo, SP	—	100%
Cajuína AB3 Holdings S.A. (Cajuína AB3)	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Tucano Holding II S.A. (Tucano Holding II)	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
Arinos Solar I S.A (Arinos I)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar II S.A (Arinos II)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar III S.A (Arinos III)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar IV S.A (Arinos IV)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar V S.A (Arinos V)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar VI S.A (Arinos VI)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar VII S.A (Arinos VII)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Arinos Solar VIII S.A (Arinos VIII)	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	100%
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas Ltda (Cordilheira dos Ventos)	Geração eólica	Cordilheira dos Ventos	São Paulo, SP	100%	100%
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A. (Santa Joana II)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A. (Santa Joana VI)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A. (Santa Joana VII)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A. (Santa Joana XIV)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de São Onofre I Energias Renováveis S.A. (São Onofre I)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de São Onofre II Energias Renováveis S.A. (São Onofre II)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de São Onofre III Energias Renováveis S.A. (São Onofre III)	Geração eólica	Complexo Araripe	Simões, PI	100%	100%
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida I)	Geração eólica	Complexo Caetés	Caetés, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida II)	Geração eólica	Complexo Caetés	Caetés, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida III)	Geração eólica	Complexo Caetés	Paranatama, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida IV)	Geração eólica	Complexo Caetés	Paranatama, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida V)	Geração eólica	Complexo Caetés	Paranatama, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida VI)	Geração eólica	Complexo Caetés	Paranatama, PE	100%	100%
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A. (Santa Brígida VII)	Geração eólica	Complexo Caetés	Paranatama, PE	100%	100%
Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F9)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F11)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F13)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%

Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (i):

Tucano Holdings III S.A. (Tucano Holding III)	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%	50%
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F6)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	50%	50%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F7)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	50%	50%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F8)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	50%	50%

(i) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

(ii) Para fins de resultado de equivalência na controladora e definição da participação de acionistas não controladores no consolidado, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. Veja maiores detalhes na NE 22.2.

2.10 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, que podem, no entanto, ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingem a definição de classificação como equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Caso a Companhia não tivesse corrigido com a reapresentação de cada uma das linhas afetadas nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024 o valor apresentado na rubrica de “investimento

Notas Explicativas**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

de curto prazo” seria de R\$ 220.113 na Controladora e R\$1.760.347 no Consolidado. O efeito nas demonstrações do fluxo de caixa seria de R\$ 27.085 nas atividades operacionais.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$ 352.000 na Controladora e R\$ 3.587.700 no Consolidado, com efeito de R\$ 2.532.431 nas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 342.813 na Controladora e R\$ 1.733.262 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”. Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais de R\$ 1.854.438, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

01/01/2023							
	Controladora			Consolidado			
Notas	Originalmente apresentado	Reclassificações	Saldo reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Saldo reapresentado	
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.056	352.000	387.056	195.872	3.587.700	3.783.572
Investimentos de curto prazo	3	352.000	(352.000)	—	3.587.700	(3.587.700)	—
Contas a receber de clientes	4	—	—	—	335.767	—	335.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	8.045	—	8.045	94.268	—	94.268
Outros tributos a recuperar	5	—	—	—	6.813	—	6.813
Instrumentos financeiros derivativos	29,1	—	—	—	69.256	—	69.256
Cauções e depósitos vinculados	7	—	—	—	287.185	—	287.185
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	21.074	—	21.074
Outros ativos	9	91	—	91	180.567	—	180.567
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		395.192	—	395.192	4.778.502	—	4.778.502
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	9	—	9	10.414	—	10.414
Tributos diferidos	6	966	—	966	129.287	—	129.287
Cauções e depósitos vinculados	7	—	—	—	327.836	—	327.836
Instrumentos financeiros derivativos	29,1	—	—	—	585	—	585
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	4.157	—	4.157
Outros ativos	9	—	—	—	39.471	—	39.471
Investimentos em controladas e joint ventures	10	5.300.840	—	5.300.840	107.539	—	107.539
Imobilizado, líquido	11	2.460	—	2.460	11.173.804	—	11.173.804
Intangível, líquido	12	113	—	113	2.360.851	—	2.360.851
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.304.388	—	5.304.388	14.153.944	—	14.153.944
TOTAL DO ATIVO		5.699.580	—	5.699.580	18.932.446	—	18.932.446
31/12/2023							
	Controladora			Consolidado			
Notas	Originalmente apresentado	Ajustes de representação	Saldo reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes de representação	Saldo reapresentado	
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	95	342.813	342.908	281.683	1.733.262	2.014.945
Investimentos de curto prazo	3	342.813	(342.813)	—	1.733.262	(1.733.262)	—
Contas a receber de clientes	4	—	—	—	375.660	—	375.660
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	9.841	—	9.841	101.211	—	101.211
Outros tributos a recuperar	5	—	—	—	4.614	—	4.614
Instrumentos financeiros derivativos	29,1	—	—	—	31.527	—	31.527
Cauções e depósitos vinculados	7	678	—	678	37.320	—	37.320
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	9.718	—	9.718
Dividendos a receber	28	9.939	—	9.939	9.523	—	9.523
Outros ativos	9	419	—	419	187.688	—	187.688
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		363.785	—	363.785	2.772.206	—	2.772.206
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	18.509	—	18.509	75.235	—	75.235
Tributos diferidos	6	2.081	—	2.081	127.958	—	127.958
Cauções e depósitos vinculados	7	74	—	74	577.380	—	577.380
Instrumentos financeiros derivativos	29,1	—	—	—	34.941	—	34.941
Conta de ressarcimento	8	—	—	—	7.854	—	7.854
Outros ativos	9	1.010	—	1.010	35.604	—	35.604
Investimentos em controladas e joint ventures	10	6.105.386	—	6.105.386	106.852	—	106.852
Imobilizado, líquido	11	1.001	—	1.001	13.691.750	—	13.691.750
Intangível, líquido	12	1.232	—	1.232	2.050.140	—	2.050.140
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.129.293	—	6.129.293	16.707.714	—	16.707.714
TOTAL DO ATIVO		6.493.078	—	6.493.078	19.479.920	—	19.479.920

Notas Explicativas

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2023						
Notas	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Saldo reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Saldo reapresentado
Atividades operacionais:						
Lucro líquido (prejuízo) do período	134.041	—	134.041	333.287	—	333.287
Ajustes para conciliar o Lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	10, 24 e 2525.941	—	25.941	654.814	—	654.814
Variação monetária e cambial	59.773	—	59.773	172.728	—	172.728
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18680	—	680	(16.640)	—	(16.640)
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	17—	—	—	11.557	—	11.557
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 28201.961	—	201.961	800.046	—	800.046
Juros sobre passivo de arrendamento	16246	—	246	16.939	—	16.939
Marcação a mercado de derivativos	23—	—	—	(3.934)	—	(3.934)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	27(93.354)	93.354	—	(412.574)	412.574	—
Resultado de equivalência patrimonial	10(358.888)	—	(358.888)	(8.836)	—	(8.836)
Tributos e contribuições sociais diferidos	650	—	50	(27.261)	—	(27.261)
Ações e opções de ações outorgadas	(157)	—	(157)	(157)	—	(157)
Baixa de bens do ativo	11—	—	—	18.176	—	18.176
Variação de ativos e passivos operacionais	(17.959)	(1.293)	(19.252)	207.738	11.924	219.662
Contas a receber de clientes	—	—	—	(39.893)	—	(39.893)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(19.003)	(1.293)	(20.296)	47.145	11.924	59.069
Outros ativos	(1.338)	—	(1.338)	(32.258)	—	(32.258)
Fornecedores	1.121	—	1.121	108.805	—	108.805
Outros tributos a pagar	—	—	—	(43.582)	—	(43.582)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	—	102.314	—	102.314
Encargos setoriais	—	—	—	7.396	—	7.396
Conta de ressarcimento	—	—	—	62.516	—	62.516
Outras obrigações	1.261	—	1.261	(4.705)	—	(4.705)
	(47.666)	92.061	44.395	1.745.883	424.498	2.170.381
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 27(173.768)	—	(173.768)	(398.227)	—	(398.227)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16(246)	—	(246)	(15.895)	—	(15.895)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	—	(163.264)	—	(163.264)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	17—	—	—	(8.041)	—	(8.041)
Pagamento de processos judiciais e outros	18—	—	—	(1.069)	—	(1.069)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	15.493	(15.493)	—	1.822.522	(1.822.522)	—
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	85.755	(85.755)	—	456.414	(456.414)	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(120.432)	(9.187)	(129.619)	3.438.323	(1.854.438)	1.583.885
Atividades de investimentos:						
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	10(71.875)	—	(71.875)	—	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12(1.119)	—	(1.119)	(3.034.212)	—	(3.034.212)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	10(367.291)	—	(367.291)	—	—	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	20—	—	—	(150.919)	—	(150.919)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7(752)	—	(752)	2.921	—	2.921
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos	(441.037)	—	(441.037)	(3.182.210)	—	(3.182.210)
Atividades de financiamentos:						
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15571.113	—	571.113	1.168.104	—	1.168.104
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15(324)	—	(324)	(9.739)	—	(9.739)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15(1.328)	—	(1.328)	(851.742)	—	(851.742)
Liquidação de instrumento derivativo	(41.677)	—	(41.677)	(217.328)	—	(217.328)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	30(5)	—	(5)	(217.701)	—	(217.701)
Redução de capital	22—	—	—	(103.216)	—	(103.216)
Compra de ações em tesouraria	(15)	—	(15)	(15)	—	(15)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16(1.256)	—	(1.256)	(8.650)	—	(8.650)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7—	—	—	69.985	—	69.985
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	526.508	—	526.508	(170.302)	—	(170.302)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.961)	(9.187)	(44.148)	85.811	(1.854.438)	(1.768.627)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.056	352.000	387.056	195.872	3.587.700	3.783.572
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	95	342.813	342.908	281.683	1.733.262	2.014.945

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E FUNDO DE LIQUIDEZ

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos de instituições financeiras, indexadas à taxa de depósito interbancário.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Caixa e Equivalentes de caixa						
	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
Numerário disponível	353	95	35.056	149.369	50.123	58.021
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	193.276	342.813	352.000	875.526	1.964.822	3.725.551
Quotas de fundos de investimento (a)	26.837	—	—	884.821	—	—
Total	220.466	342.908	387.056	1.909.716	2.014.945	3.783.572

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de liquidez - Conta Reserva (i)		
Circulante	6.194	—
Não circulante	660.836	—
Total	667.030	—

a) Quotas de fundo de investimento

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas	26.837	—	884.821	—
Total	26.837	—	884.821	—

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 94,66% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,82% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida das controladas do Complexo Eólico Araripe, Auren Operações, Complexo Eólico Caetés e Tucanos F1 a F4 no montante, respectivamente de R\$84.403, R\$21.470, R\$105.732 e R\$10.243 e de suas controladas indiretas, composto pelo Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus, Complexo Eólico Cassino e Complexo Cajuína, nos montantes de R\$263.720, R\$18.460, R\$9.424, R\$111.849 e R\$41.729, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 94,66% do CDI. Conforme mencionado na nota 7, após a transação de combinação de negócios, a Companhia avaliou a

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

classificação contábil do montante referente às Garantias de financiamento para a rubrica Fundo de Liquidez - Conta Reserva. O saldo comparativo permanece sendo apresentado na nota 7.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

Para a posição do contas a receber do mercado varejista, a controlada indireta Tietê Integra avalia mensalmente a PECLD por entender que, dado à natureza de sua carteira e condições estabelecidas nos contratos, está mais exposta à riscos. Para o cálculo, são considerados a base individual por cliente, o *rating* individual do cliente e a existência de garantias financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou PECLD com base na expectativa de perdas esperadas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber no montante de R\$613.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Consolidado							
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				PECLD (i)	2024	2023
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias			
CIRCULANTE								
Contratos bilaterais	205.408	8.284	341	184	413	(613)	214.017	205.560
Mercado de Curto Prazo	61.894	363	99	—	—	—	62.356	39.088
Leilões de Energia Eólica	132.223	1.479	664	285	—	—	134.651	70.608
Leilões de Energia Solar	17.631	—	—	—	—	—	17.631	24.024
Partes relacionadas (nota 30)	4.107	—	—	—	—	—	4.107	2.318
Contratos de comercialização de energia	61.359	7.806	1	—	—	—	69.166	34.062
Total	482.622	17.932	1.105	469	413	(613)	501.928	375.660

(i) Refere-se às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber da controlada indireta Tietê Integra Soluções em Energia Ltda, que possui em sua carteira clientes varejistas.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. As controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo.

Conforme descrito na nota explicativa nº 31.2, nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito, (ii) cálculo do *rating* e (iii) exigência de garantias.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. Após o

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto de renda e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda	—	5.736	76.203	73.076
Contribuição social (i)	—	—	15.614	6.585
Imposto de renda retido na fonte	194	4.105	16.178	21.550
Total	194	9.841	107.995	101.211
<u>Outros tributos a recuperar</u>				
PIS e COFINS	—	—	5.709	2.032
ICMS	—	—	1.727	2.048
INSS	—	—	210	197
Outros	—	—	708	337
Total	—	—	8.354	4.614
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda (i)	29.576	17.888	101.946	72.891
Contribuição social	—	621	4.630	2.344
Total	29.576	18.509	106.576	75.235
Total	29.770	28.350	222.925	181.060

(i) A variação é decorrente, principalmente, das apurações e retificação das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos. No consolidado, o efeito do crédito gerado pela retificação foi de R\$48.172, sendo R\$37.740 registrados como contrapartida na rubrica de Intangível, e R\$10.432 registrados como atualização monetária de créditos tributários, no resultado financeiro.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos, desde que sejam relacionados à mesma entidade jurídica e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Controladora				Consolidado			
		Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Notas	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Tributos ativos:									
Prejuízo fiscal e base negativa		—	—	—	—	540.751	532.795	7.956	(6.572)
Provisão para participação nos lucros e resultados		—	—	—	—	3.947	6.798	(2.851)	386
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias	18	—	—	—	—	19.429	23.434	(4.005)	(7.140)
Provisão de benefício a empregados		—	—	—	—	6.143	5.754	389	1.195
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		—	—	—	—	2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	6.3	—	—	—	—	48.476	54.335	(5.859)	(11.785)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		—	—	—	—	13.135	12.419	716	1.734
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		509	2.136	—	—	32.017	30.306	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		—	—	—	—	3.201	29.608	—	—
Ressarcimento de energia	8	—	—	—	—	18.916	12.954	5.962	1.576
Variação cambial não realizada		—	—	—	—	326	794	(468)	225
Marcação a mercado		—	—	—	—	94.223	18.618	75.605	(2.656)
Outros		—	—	—	—	4.790	2.192	2.598	(12.500)
Tributos passivos:									
Ativo imobilizado - custo atribuído		—	—	—	—	(215.421)	(241.266)	25.845	26.365
Ativo intangível - uso do bem público	12	—	—	—	—	(5.389)	(6.100)	711	711
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	(44)	(21)	(23)	(21)	(195)	(192)	(3)	1.102
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		—	—	—	—	(17.786)	(19.335)	1.549	23.389
Variação Cambial Ativa Não Realizada		—	(34)	34	(29)	(232)	(265)	33	116
Ativo intangível - GSF	12	—	—	—	—	(219.205)	(247.947)	28.742	28.741
Juros Capitalizados		—	—	—	—	(66.036)	(68.509)	2.473	(16.558)
Marcação a mercado		—	—	—	—	(82.435)	(22.599)	(59.836)	1.147
Outros		—	—	—	—	(15.251)	(6.349)	(8.902)	(2.215)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido		465	2.081	11	(50)	165.431	119.472	70.655	27.261
Tributos diferidos do ativo não circulante									
		465	2.081			173.514	127.958		
Tributos diferidos do passivo não circulante									
		—	—			(8.083)	(8.486)		
Total		465	2.081			165.431	119.472		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Complexo	2024			2023	
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	
Controladora	508	(44)	464	2.081	
ARN Comercializadora	96.279	(82.300)	13.979	(3.981)	
Complexo Tucano	—	(4.268)	(4.268)	(3.145)	
Complexo Araripe	1.214	(463)	751	—	
Complexo Caetés	1.952	(732)	1.220	—	
Auren Operações	665.229	(524.179)	141.050	111.480	
Auren Tietê Integra	3.205	—	3.205	3.404	
Complexo Alto Sertão II	7.415	(1.211)	6.204	4.543	
Complexo AGV	263	(129)	134	(33)	
Complexo Ouroeste	43	(159)	(116)	(214)	
Complexo Guaimbé	129	(367)	(238)	(496)	
Complexo Ventus	6.418	(424)	5.994	3.964	
Complexo Salinas e Mandacaru	3.971	(7.432)	(3.461)	2.486	
Complexo Cassino	673	(160)	513	(617)	
Consolidado	787.299	(621.868)	165.431	119.472	

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	966	(12.134)
Impacto no resultado	(50)	27.261
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	1.165	(23.032)
Efeito ajuste imposto diferido Complexos Araripe e Caetés (i)	—	127.377
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.081	119.472
Impacto no resultado	11	70.655
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(1.627)	(24.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	465	165.431

(i) As SPEs dos complexos eólicos de Caetés e Ventos do Araripe, adquiridas em novembro de 2022, possuíam um saldo histórico de impostos diferidos passivos majoritariamente advindos de diferença de taxa de depreciação fiscal e contábil. Em função da mudança do regime de tributação destas SPEs do lucro real para o lucro presumido, os impostos diferidos passivos foram integralmente revertidos.

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social estão apresentadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(420.748)	(420.748)	134.091	134.091	(290.742)	(290.742)	408.340	408.340
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	105.187	37.867	(33.523)	(12.068)	72.686	26.167	(102.085)	(36.751)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	416	150	—	—	(1.287)	(463)	(7.326)	(2.637)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(26.533)	(9.552)	(5.222)	(1.880)	(149.042)	(53.552)	(33.886)	(12.199)
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais, exploração de autorização	—	—	—	—	(20.638)	(7.430)	(10.862)	(3.910)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(77.554)	(27.920)	38.278	13.780	(2.390)	(860)	2.209	795
Diferença de base - controladas lucro presumido	—	—	—	—	66.944	19.790	86.399	26.387
Outros ajustes de impostos	(1.508)	(542)	430	155	16.787	4.959	18.013	800
Despesa de imposto de renda e contribuição social	8	3	(37)	(13)	(16.940)	(11.389)	(47.538)	(27.515)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	—	—	—	—	(67.860)	(31.124)	(66.807)	(35.507)
Diferidos	8	3	(37)	(13)	50.920	19.735	19.269	7.992
Total	8	3	(37)	(13)	(16.940)	(11.389)	(47.538)	(27.515)
Alíquota efetiva	—%	—%	—%	—%	5,8%	3,9%	-11,6%	-6,7%

(i) a diferença da equivalência patrimonial com a demonstração de resultados, refere-se aos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total
2025	186.324	10.097	196.421
2026	43.394	9.330	52.724
2027	37.648	8.643	46.291
2028	59.519	7.992	67.511
2029 a 2030	185.801	12.414	198.215
2031 a 2032	226.137	—	226.137
Total	738.823	48.476	787.299

(*) Para maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário, vide nota explicativa nº 6.4 abaixo.

A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2024, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

6.3 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias		Total Diferido não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Controladora	32.651	11.754	15.979	5.753	48.630	17.507
Complexo Alto Sertão II	140.280	50.501	—	—	140.280	50.501
Auren Operações	68.366	24.915	45.085	16.231	113.451	41.146
Complexo Salinas e Mandacarú	3.090	1.112	40.667	14.640	43.757	15.752
Complexo Tucano	120.790	43.484	2.748	989	123.538	44.473
Guaimbê Holding	—	—	6.228	2.242	6.228	2.242
Complexo Cajuína	17.251	6.210	451	162	17.702	6.372
Complexo Ventus	36	13	—	—	36	13
Complexo Arinos	88	32	—	—	88	32
Complexo Caetés	124.990	44.996	3.611	1.300	128.601	46.296
Complexo Araripe	110.921	39.932	2.449	882	113.370	40.814
Complexo Cassino	66	24	—	—	66	24
Cordilheira dos Ventos	15	6	—	—	15	6
Potengi	28.119	10.123	573	206	28.692	10.329
Veleiros	14.092	5.073	58	21	14.150	5.094
Auren GF1 Holdings	10	4	—	—	10	4
Consolidado	660.765	238.179	117.849	42.426	778.614	280.605

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.4 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta Auren Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta Auren Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado		
	2024		2023
	Ágio	Provisão	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda			
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652
Amortização acumulada	(242.325)	159.935	(82.390)
Subtotal	77.239	(50.977)	26.262
AES Gás Ltda.			
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740
Amortização acumulada	(756.899)	510.375	(246.524)
Subtotal	51.405	(31.189)	20.216
AES Tietê Participações S.A.			
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023
Amortização acumulada	(76.543)	50.518	(26.025)
Subtotal	5.877	(3.879)	1.998
Total	134.521	(86.045)	48.476

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos créditos fiscais do ágio	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.120
Amortização	(35.127)
Reversão	23.342
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.335
Amortização	(32.466)
Reversão	26.607
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.476

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$5.859 até 31 de dezembro de 2024 (R\$24.513 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos.

A instrução CVM nº 78/2022 prevê que a amortização do ágio traga impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal devem ocorrer no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	—	—	955	30.302
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1	742	678	3.352
Garantias de financiamento	—	—	—	3.955
Subtotal	742	678	4.307	37.320
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento	—	—	—	570.350
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1	104	74	8.118
Subtotal	104	74	8.118	577.380
Total	846	752	12.425	614.700

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	615.021
Adições	469.778
Atualização monetária	72.585
Baixas e resgates	(542.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	614.700
Adições (i)	558.352
Atualização monetária (nota 29)	59.210
Baixas e resgates (ii)	(552.807)
Transferências (iii)	(667.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.425

(i) As adições no montante de R\$558.352, são compostas por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$556.101 e (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$2.251.

(ii) Os resgates no montante de R\$552.807, são compostas por: (a) pagamento de principal e juros das dívidas, no montante de R\$521.451; (b) R\$29.919 de depósitos judiciais e (c) R\$1.437 de resgates de garantias de compromissos contratuais.

(iii) A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, avaliou a classificação contábil do montante referente às Garantias de financiamento e buscando simplificar e melhorar a apresentação, as transferiu para a rubrica Fundo de Liquidez - Conta Reserva apresentados na nota explicativa 3.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2009, LER 2010, LER 2013 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), LFA e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010, LER 2013, LFA e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010, LER 2013, LER 2009 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009, LER 2010 e LER 2013, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009, LER 2010 e LER 2013. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017, LEN 2011 em dezembro de 2019 e o segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), Complexo Solar Boa Hora (LER 2015) e Complexo Solar AGV (LEN 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A movimentação do ressarcimento é como segue:

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Notas explicativas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.231	(731.620)
Adição/reversão (i)	249	(234.177)
Amortização	(6.001)	199.180
Atualização monetária	—	(9.930)
Ressarcimento contratual (ii)	11.798	—
Amortização de ressarcimento contratual	(13.705)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.572	(776.547)
Adição/reversão (i)	699	(356.235)
Amortização	—	195.395
Atualização monetária	—	(12.327)
Ressarcimento contratual (ii)	5.119	—
Amortização de ressarcimento contratual	(14.149)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.241	(949.714)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no exercício, principalmente em função da baixa velocidade do vento e pelo *Curtailment*, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, que impactou a geração dos parques.

(ii) refere-se à compensação por perda de margem operacional atrelado ao contrato de manutenção do parque eólico Ventus, que obedece a regras similares às regras do Órgão Regulador.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido às limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

Em 31 de dezembro de 2024, do saldo total de R\$ 949.714 do passivo de ressarcimento, R\$ 715.397 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019, sendo R\$ 215.316 para o LER 2009, R\$ 41.112 para o LER 2010, R\$ 210.514 para o LEN 2011, R\$ 217.995 para o LER 2013 e R\$ 30.460 para LFA.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Almoxarifado (i)	—	—	83.932	60.409
Compensação por atraso de fornecedores (ii)	—	—	12.598	74.242
Restituição do prêmio de seguros (iii)	—	—	50.850	—
Despesas pagas antecipadamente (iv)	51	26	48.290	26.332
Adiantamento a fornecedores	—	—	15.289	11.613
Adiantamento a empregados	—	2	856	397
Imóvel disponível para venda	—	—	1.521	1.521
Contas a receber de partes relacionadas	30	90	—	19
Outros	1.686	301	19.809	13.155
Subtotal	1.737	419	233.145	187.688
NÃO CIRCULANTE				
Pis e Cofins diferidos sobre ressarcimento	—	—	26.170	15.604
Despesas pagas antecipadamente	—	—	934	4.258
Contas a receber de partes relacionadas	30	—	4.507	5.581
INSS	—	—	1.622	1.622
ICMS	—	—	1.396	1.390
Outras contas a receber	—	—	—	4.133
Outros	1.059	1.010	3.914	3.016
Subtotal	1.059	1.010	38.543	35.604
Total	2.796	1.429	271.688	223.292

(i) O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

(ii) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os montantes referentes ao Complexo Tucano foram integralmente liquidados no terceiro trimestre de 2024, conforme assinatura de acordo firmado em 22 de março de 2024. Todos os montantes estavam apresentados líquidos do passivo, com a contraparte registrado na rubrica de Fornecedores, haja vista que o referido contrato previa esta compensação.

(iii) Durante o exercício de 2024, a Companhia reconheceu uma restituição do prêmio de seguros no montante de R\$50.850. Esta restituição decorreu de um ajuste no valor do prêmio pago inicialmente, devido ao cancelamento antecipado das apólices, ocorrido após a transação de combinação de negócios.

(iv) A variação é decorrente, principalmente, da renovação do seguro patrimonial das empresas do Grupo.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na Controladora e Consolidado.

Na Controladora, os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.882.119	5.446.768	106.817	106.852
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (ii)	463.737	509.092	—	—
Mais valia dos ativos adquiridos (ii)	122.803	133.389	—	—
Total	5.484.796	6.105.386	106.817	106.852

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137. A amortização iniciará após a entrada em operação do parque com base no prazo de autorização.

(ii) Refere-se às aquisições dos Complexos Araripe e Caetés. O direito de exploração de autorização é amortizado com base no prazo de Concessão e a mais valia dos investimentos adquiridos é amortizada com base na vida útil média do ativo imobilizado.

A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora				Total
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	Mais valia dos ativos adquiridos	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.490.231	16.137	661.083	133.389	5.300.840
Equivalência patrimonial (i)	486.265	—	—	—	486.265
Adiantamento para futuro aumento de capital	71.875	—	—	—	71.875
Aquisição de controladas	1	—	—	—	1
Ajuste intangível de aquisição Complexos Eólicos Araripe e Caetés	—	—	(127.377)	—	(127.377)
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições (i)	—	—	(24.614)	—	(24.614)
Aumento de capital	367.291	—	—	—	367.291
Dividendos	(9.939)	—	—	—	(9.939)
Outros resultados abrangentes (v)	41.044	—	—	—	41.044
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.446.768	16.137	509.092	133.389	6.105.386
Equivalência patrimonial (i)	(173.133)	—	—	—	(173.133)
Ajuste intangível de aquisição (ii)	—	—	(20.699)	—	(20.699)
Amortização da mais valia dos ativos adquirido (i)	—	—	—	(10.586)	(10.586)
Amortização dos direitos contratuais, exploração de autorização (i)	—	—	(24.656)	—	(24.656)
Aumento de capital	537.976	—	—	—	537.976
Redução de capital (iii)	(700.000)	—	—	—	(700.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(484)	—	—	—	(484)
Dividendos sobre lucros de períodos anteriores (iv)	(200.000)	—	—	—	(200.000)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	(71.875)	—	—	—	(71.875)
Outros resultados abrangentes (v)	42.867	—	—	—	42.867
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.882.119	16.137	463.737	122.803	5.484.796

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O ajuste é proveniente do acordo após a análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, especificamente quanto ao cálculo do capital de giro, endividamento e do ajuste de preço, que foram acordados e firmados em 05 de agosto de 2022 entre a Companhia, a controlada direta Auren Operações, e a Cubico Brasil S.A., para a aquisição dos complexos Caetés, Araripe e Cassino.

(iii) Em 13 de maio de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controlada direta Tucano Holding I, o resgate de 670.987.522 ações ordinárias, classe "B", nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$700.000, calculado com base no valor patrimonial por ação de emissão em 30 de abril de 2024. Os recursos foram utilizados para liquidação parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

(iv) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 24 de setembro de 2024 da controlada direta Auren Operações, foi aprovada a distribuição de dividendos sobre lucros de períodos anteriores, à conta de reserva de investimentos, no valor total de R\$200.000, sendo pagos os montantes de R\$50.000 em 25 de setembro de 2024 e R\$50.000 em 11 de outubro de 2024 e o saldo restante será pago durante o exercício de 2025.

(v) O montante se refere principalmente ao efeito reflexo do *hedge* dos empréstimos captados no exterior para financiamento da construção dos parques eólicos, proteção cambial referente à aquisição de placas solares em moeda estrangeira, por meio de NDF, opção de recompra acionária e pelo efeito reflexo do laudo atuarial.

Auren Participações S.A.
Notas explicativas**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Redução de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste intangível de aquisição Complexos Eólicos Araripe e Caetés	Amortização da mais valia dos ativos adquiridos e intangíveis de direitos de exploração	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Auren Tucano Holding I	2.163.116	(68.365)	448.515	(700.000)	(71.875)	(484)	201	—	—	1.771.108
Auren Operações	3.026.566	(94.307)	—	—	—	(200.000)	42.666	—	—	2.774.925
ARN Comercializadora	21.868	(24.978)	35.000	—	—	—	—	—	—	31.890
Auren GF1 Holdings	42.607	(51)	404	—	—	—	—	—	—	42.960
Auren GF2 Holdings	1.166	45	—	—	—	—	—	—	—	1.211
Auren Arinos Holding	21.723	(122)	127	—	—	—	—	—	—	21.728
São Tomé Holding	400.015	6.187	33.810	—	—	—	—	(9.939)	(16.647)	413.426
São Tito Holding	426.227	8.303	20.120	—	—	—	—	(10.760)	(18.595)	425.295
Auren Energy Solutions	2.098	155	—	—	—	—	—	—	—	2.253
Total	6.105.386	(173.133)	537.976	(700.000)	(71.875)	(200.484)	42.867	(20.699)	(35.242)	5.484.796

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste intangível de aquisição Complexos Eólicos Araripe e Caetés	Amortização dos intangíveis gerado na mais valia de direitos de exploração	Aquisição de Controladas	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Auren Tucano Holding I	1.527.941	206.228	359.860	71.875	(1.151)	(1.637)	—	—	—	2.163.116
Auren Operações	2.858.851	133.822	—	—	(8.788)	42.681	—	—	—	3.026.566
ARN Comercializadora	16.798	5.070	—	—	—	—	—	—	—	21.868
Auren GF1 Holdings	42.002	(59)	664	—	—	—	—	—	—	42.607
Auren GF2 Holdings	1.139	16	11	—	—	—	—	—	—	1.166
Auren Arinos Holding	17.207	(210)	4.726	—	—	—	—	—	—	21.723
São Tomé Holding	404.296	68.713	—	—	—	—	(61.913)	(11.081)	—	400.015
São Tito Holding	432.606	72.618	—	—	—	—	(65.464)	(13.533)	—	426.227
Auren Energy Solutions	—	67	2.030	—	—	—	—	—	1	2.098
Total	5.300.840	486.265	367.291	71.875	(9.939)	41.044	(127.377)	(24.614)	1	6.105.386

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido (ii)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado
Auren Tucano Holding I (i)	2.626.984.170	55,66%	1.185.057	2.512.392	(170.203)	(68.365)
Auren Operações	2.031.549.574	100%	1.823.775	2.645.691	(94.307)	(94.307)
ARN Comercializadora	47.000.000	100%	47.000	31.890	(24.978)	(24.978)
Auren GF1 Holdings	43.079.500	100%	43.080	42.960	(51)	(51)
Auren GF2 Holdings	1.157.900	100,00%	1.158	1.211	45	45
Auren Arinos Holding	5.945.500	100%	5.946	5.592	(122)	(122)
São Tomé Holding	407.047	100%	407.047	143.230	6.187	6.187
São Tito Holding	293.637	100%	293.637	105.877	8.303	8.303
Auren Energy Solutions	2.028.678	100%	2.030	2.253	155	155
Total				5.491.096	(274.971)	(173.133)

(i) A diferença entre o lucro líquido do exercício e o lucro líquido do exercício ajustado no montante de R\$101.838 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 29). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado.

(ii) O saldo do investimento contém juros capitalizados, direitos contratuais, direito de exploração e mais valia dos ativos adquiridos, que não fazem parte do patrimônio líquido das controladas.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Joint Venture

Em 31 de dezembro de 2024, as informações contábeis da *Joint Venture* estão apresentadas abaixo:

	Tucano Holding III Consolidado
Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	141.870
Ativo não circulante	770.198
Passivo circulante	91.290
Passivo não circulante	602.307
Patrimônio líquido	218.471
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	43.736
Resultado financeiro	(52.247)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(5.767)
Prejuízo do exercício	(14.278)
Resultado abrangente total	(14.278)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.444.186.438

A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.539
Equivalência patrimonial	8.836
Dividendos	(9.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.852
Equivalência patrimonial	(7.139)
Amortização de juros capitalizados	(2.419)
Dividendos	9.523
Saldos em 31 de dezembro de 2024	106.817

Operação comercial Joint Venture

Os parques eólicos controlados pela Tucano Holding III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em 01/01/2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., possuem vigência de 20 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 71,5 MWh de garantia física de energia.

11. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da Companhia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da controlada direta Auren Operações foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que

Notas Explicativas**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado e calculada de forma linear, que na avaliação da Administração, é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, com exceção às placas solares. Durante o exercício, a Companhia reavaliou a vida útil dos painéis solares e concluiu que estes ativos são capazes de atingir uma vida útil de 40 anos, de acordo com o desempenho operacional e as premissas de custo de operação e manutenção empregados.

A Companhia e suas controladas acompanham e revisam pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão apresentados nas notas explicativas nº 11.b e 29.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e de terrenos arrendado depreciados a uma taxa média de de 10,90% a 23,53% e de 3,20% a 7,14%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado					
2024				2023	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	—	411.781	—	411.781	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,05%	2.970.175	(2.418.258)	551.917	604.565
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,12%	2.286.202	(673.848)	1.612.354	1.049.935
Máquinas e equipamentos	3,88%	12.707.450	(2.752.614)	9.954.836	7.875.195
Veículos	14,15%	20.682	(10.829)	9.853	11.190
Móveis e utensílios e outros	6,23%	11.689	(7.830)	3.859	3.173
Imobilizado em serviço		18.407.979	(5.863.379)	12.544.600	9.958.342
Imóveis destinados a uso futuro	—	578	—	578	578
Imobilizado em curso (i)	—	1.188.926	—	1.188.926	3.541.393
Bens vinculados às concessões e autorizações		19.597.483	(5.863.379)	13.734.104	13.500.313
Direito de uso de sede administrativa	de 10,90% a 23,53%	5.562	(5.562)	—	5.830
Direito de uso de terreno arrendado	de 3,20% a 7,14%	91.515	(9.493)	82.022	185.607
Total Imobilizado		19.694.560	(5.878.434)	13.816.126	13.691.750

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

Notas Explicativas

b) A movimentação imobilizado é a seguinte:

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização e custos sócioambientais	Baixas	Transferências e reclassificações (i)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	414.284	—	—	—	—	(2.503)	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	—	—	—	—	24.849	—	2.970.175
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.663.859	—	—	—	—	622.343	—	2.286.202
Máquinas e equipamentos	10.122.499	—	—	27.215	(5.218)	2.562.954	—	12.707.450
Veículos	19.750	—	—	—	—	932	—	20.682
Móveis e utensílios e outros	9.320	—	—	—	—	2.369	—	11.689
Imóveis destinados a uso futuro	578	—	—	—	—	—	—	578
Imobilizado em curso (ii)	3.541.393	716.121	—	—	—	(3.217.542)	148.954	1.188.926
Direito de uso de sede administrativa	12.781	—	(7.219)	—	—	—	—	5.562
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	212.163	21.967	(142.615)	—	—	—	—	91.515
Subtotal	18.941.953	738.088	(149.834)	27.215	(5.218)	(6.598)	148.954	19.694.560
Depreciação/Amortização	(5.250.203)	(647.796)	29.133	—	1.875	(11.443)	—	(5.878.434)
Total líquido	13.691.750	90.292	(120.701)	27.215	(3.343)	(18.041)	148.954	13.816.126

(i) Valor de R\$18.041 refere-se à reclassificação para outros intangíveis (nota 12) e estoques.

(ii) A variação é devida, principalmente, pelas transferências em decorrência dos despachos emitidos pela ANEEL, ocorridas entre os períodos de janeiro a dezembro de 2024, que libera para operação comercial as unidades geradoras, pertencentes às controladas indiretas Ventos de Santa Tereza 04, Ventos de Santa Tereza 07, Ventos de Santa Tereza 08, Ventos de Santa Tereza 12, Ventos de São Ricardo 01, Ventos de São Ricardo 02, Ventos de São Ricardo 03, Ventos de São Ricardo 04, Ventos de São Ricardo 10 e a UFV Água Vermelha VII.

(iii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências e reclassificações	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	414.284	—	—	—	—	—	—	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.943.639	—	—	—	—	1.687	—	2.945.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.292.845	—	—	—	—	371.014	—	1.663.859
Máquinas e equipamentos	7.600.390	—	(147.641)	16.840	(17.728)	2.670.638	—	10.122.499
Veículos	14.649	—	—	—	—	5.101	—	19.750
Móveis e utensílios e outros	8.879	—	—	—	(28)	469	—	9.320
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	(1.521)	—	578
Imobilizado em curso	3.497.002	2.561.570	—	—	(6.082)	(2.948.243)	437.146	3.541.393
Direito de uso de sede administrativa	12.978	—	(197)	—	—	—	—	12.781
Direito de uso de terreno arrendado	165.414	40.468	6.281	—	—	—	—	212.163
Subtotal	15.952.179	2.602.038	(141.557)	16.840	(23.838)	99.145	437.146	18.941.953
Depreciação/Amortização	(4.778.375)	(503.943)	31.771	(5.318)	5.662	—	—	(5.250.203)
Total líquido	11.173.804	2.098.095	(109.786)	11.522	(18.176)	99.145	437.146	13.691.750

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	2024	2023
Concessão	2.255.268	2.346.554
Autorizações	11.478.258	11.153.181
Imóveis destinados a uso futuro	578	578
Total	13.734.104	13.500.313

(d) Contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto de produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à controlada direta Auren Operações, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL.

Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015.

Em 03 de agosto de 2021, os prazos de concessão das UHEs e PCHs foram estendidos para 2032 e 2036, respectivamente, conforme aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.919, detalhado na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Em 17 de setembro de 2021, foi publicada a transferência de titularidade das usinas da AES Tietê Energia S.A para a empresa Auren Operações S.A, através da Resolução Autorizativa nº 0.426/2021.

Em 30 setembro de 2021, foi publicado o Extrato de Termo Aditivo no Diário Oficial da União - DOU, que formalizou a transferência à Auren Operações S.A., das concessões da Usinas Hidrelétricas regidas pelo contrato de concessão nº 092/1999-ANEEL.

É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens reversíveis não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado “Projeto Básico”, ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

(e) Autorizações

No final do prazo das autorizações das PCHs, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, não havendo prorrogação, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Desta forma, nenhuma obrigação relacionada à retirada destes bens foi registrada no balanço da controlada direta Auren Operações.

Em relação aos bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica das usinas eólicas e solares, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente remover as instalações.

12. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

	Consolidado			
	2024			2023
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(338.134)	644.722
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(57.323)	15.851
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	524.043	(110.724)	413.319
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	731.016	(63.599)	667.417
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(5.540)	13.533
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	—	37.208	—	37.208
Software e outros intangíveis	23,72%	141.768	(75.326)	66.442
Total		2.509.138	(650.646)	1.858.492

- (i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão da Auren Operações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parques Eólicos de Santa Tereza, Complexo Eólico Tucano, Ventos do Araripe, Caetés e Cassino que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos e do Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que será amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto julho de 2025 e também da aquisição do Projeto Solar Arinos, ainda sem previsão de início de construção.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	813.789	20.031	506.456	813.612	15.591	84.594	87.924	18.854	2.360.851
Adições	—	—	9.305	—	—	—	35.496	—	44.801
Efeito da aquisição dos Complexos Eólicos Araripe e Caetés	—	—	—	(127.377)	—	—	—	—	(127.377)
Amortizações	(84.534)	(2.090)	(32.261)	(29.329)	(643)	—	—	(9.137)	(157.994)
Transferências e reclassificações	—	—	(16.137)	63.523	—	(47.386)	(83.581)	13.440	(70.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	467.363	720.429	14.948	37.208	39.839	23.157	2.050.140
Adições	—	—	—	—	—	—	16.143	—	16.143
Efeito de aquisições (i)	—	—	(37.740)	(20.699)	—	—	—	—	(58.439)
Amortizações	(84.533)	(2.090)	(23.512)	(32.313)	(1.415)	—	—	(14.053)	(157.916)
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	(1.896)	(1.896)
Transferências (ii)	—	—	7.208	—	—	—	(37.753)	41.005	10.460
Saldos em 31 de dezembro de 2024	644.722	15.851	413.319	667.417	13.533	37.208	18.229	48.213	1.858.492

- (i) A variação de R\$37.740 é referente às apurações e retificações das obrigações acessórias descritas na nota 5, e o montante de R\$20.699 é proveniente de análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, que foram acordados e firmados entre a Companhia, a controlada direta Auren Operações, e a Cubico Brasil S.A., conforme detalhado na nota 10.
- (ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. FORNECEDORES

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Energia elétrica comprada para revenda (i)	—	—	155.331	67.545
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas 30	—	—	785	—
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	—	—	43.829	60.435
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	—	—	5.608	5.612
Subtotal	—	—	205.553	133.592
Materiais e Serviços (ii)	685	1.719	339.233	238.983
Materiais e Serviços - partes relacionadas 30	3	—	42	3.200
Total	688	1.719	544.828	375.775

(i) A variação é devido, principalmente, pelo aumento das compras de energia pela ARN Comercializadora, resultante da estratégia de comercialização.

(ii) Durante o exercício de 2024, a Companhia registrou um aumento significativo na linha de materiais e serviços, decorrente da construção da infraestrutura e aquisição de novos equipamentos da fase de expansão do Complexo Cajuína.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 81 cartas de fiança, no valor total de R\$126.007 e 21 seguros garantia, no valor de R\$40.451, totalizando uma importância segurada de R\$166.458 (107 cartas de fiança no valor total de R\$194.883, e 29 seguros garantia no valor de R\$98.744, totalizando uma importância segurada de R\$293.627 em 31 de dezembro de 2023), com custo de 0,22% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)				
Imposto de renda	—	—	17.070	10.377
Contribuição social	—	—	9.325	7.223
Total	—	—	26.395	17.600
Outros tributos a pagar				
INSS	801	150	6.041	6.077
PIS e Cofins	150	159	15.245	17.406
ICMS	—	—	20.164	22.431
IRRF	2.985	2.641	3.673	4.221
CIDE	—	—	6.348	3.900
ISS	—	—	666	1.736
Outros	3	49	2.357	4.646
Total	3.939	2.999	54.494	60.417

(i) As controladas Tucano Holding I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 07, 09 e 11), Serra Verde (I, II, III, IV, VI e VII), São Ricardo, São Ricardo (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13), Potengi, Tucano (F5, F9, F11 e F13), ARN Comercializadora, GF1 Holdings, GF2 Holdings, Arinos Solar Holdings, Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A., Ventos de São Tito Holding S.A. e Auren Energy são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada direta Auren Operações apurou prejuízo fiscal no período assim como as empresas Tucano Holding I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 07 e 11), Serra Verde (VI e VII), São Ricardo, São Ricardo (8, 9 e 13), Potengi, Tucano (F9, F11 e F13), ARN Comercializadora, GF1 Holdings, Arinos Solar Holdings, Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A. e Ventos de São Tito Holding S.A.. As empresas Tucano F5, Santa Tereza 9, Serra Verde (I a VI) e São Ricardo (2, 5, 6, 7 e 12) levantaram

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balancete de suspensão, já as empresas São Ricardo 1, GF2 Holdings e Auren Energy levantaram balancete de redução.

Por sua vez, as controladas indiretas, Ventus Holding, Guaimbê Holding, Tietê Integra, Nova Energia e Tietê Eólica se utilizaram da apuração com base no balancete de redução e recolherão tributos no ajuste anual, as demais controladas indiretas MS Participações, Santos e REB apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, as apurações do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 01 a 05, 08, 10, 12 a 14, Serra Verde V, São Ricardo (3, 4, 10 e 11), AGV VII, Complexo Cassino, Complexo Araripe e Complexo Caetés são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora								
2024								
Circulante								
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total				
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (2ª série)	464.422	11.390	(18)	475.794				
Scotiabank 4131 (3ª série)	224.875	5.515	(18)	230.372				
Total da dívida	689.297	16.905	(36)	706.166				

Controladora								
2023								
Circulante				Não circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
Subtotal	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (1ª série)	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	187.589
Scotiabank 4131 (2ª série)	—	9.290	(334)	8.956	362.518	(18)	362.500	371.456
Scotiabank 4131 (3ª série)	—	4.550	(334)	4.216	175.473	(18)	175.455	179.671
Subtotal	187.214	14.784	(1.237)	200.761	537.991	(36)	537.955	738.716
Total da dívida	187.214	59.971	(4.014)	243.171	1.604.115	(627)	1.603.488	1.846.659

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2024								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	14.886	10.725	(969)	24.642	369.121	—	(11.406)	357.715	382.357
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	1.305	533	(126)	1.712	81.051	—	(2.772)	78.279	79.991
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	333	435	(169)	599	70.656	—	(2.690)	67.966	68.565
1ª Emissão - Cajúna AB1	17.860	2.964	(2.118)	18.706	1.073.672	—	(56.495)	1.017.177	1.035.883
8ª Emissão - Auren Operações	25.564	1.243	(1.434)	25.373	158.496	—	(4.023)	154.473	179.846
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	—	46.620	(1.327)	45.293	1.380.000	—	(949)	1.379.051	1.424.344
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	—	11.773	(5.466)	6.307	876.517	—	(14.059)	862.458	868.765
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	—	9.153	(1.650)	7.503	244.611	—	(4.250)	240.361	247.864
10ª Emissão - Auren Operações	—	4.641	(916)	3.725	750.000	—	(2.196)	747.804	751.529
11ª Emissão - Auren Operações	—	28.444	(1.473)	26.971	618.552	—	(18.049)	600.503	627.474
1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	9.411	27	(310)	9.128	—	—	—	—	9.128
1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	13.463	41	(285)	13.219	—	—	—	—	13.219
Complexo Eólico Araripe	19.852	298	(968)	19.182	65.096	—	(2.421)	62.675	81.857
Complexo Eólico Caetés	26.074	291	(591)	25.774	60.287	—	(1.181)	59.106	84.880
1ª Emissão Potengi (1ª Série)	8.748	887	(1.041)	8.594	305.140	—	(16.662)	288.478	297.072
1ª Emissão Potengi (2ª Série)	17.447	564	(622)	17.389	191.007	—	(10.577)	180.430	197.819
1ª Emissão - (1ª série) - Santa Tereza 07	29.235	12.513	(1.182)	40.566	608.786	—	(15.665)	593.121	633.687
1ª Emissão - (2ª série) - Santa Tereza 07	7.470	6.392	(443)	13.419	311.743	—	(8.087)	303.656	317.075
Subtotal	191.648	137.544	(21.090)	308.102	7.164.735	—	(171.482)	6.993.253	7.301.355
Empréstimos e financiamentos									
BNDES - Auren Operações	27.294	452	(160)	27.586	104.627	—	(613)	104.014	131.600
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	13.965	402	(1.834)	12.533	104.675	1.197	(9.719)	96.153	108.686
FDNE - Santa Tereza 01	7.999	1.062	(123)	8.938	116.383	—	(2.220)	114.163	123.101
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.481	355	(817)	16.019	92.022	—	(4.560)	87.462	103.481
BNDES - Complexo Eólico Araripe	44.940	1.370	(3.218)	43.092	381.173	—	(20.382)	360.791	403.883
BNDES - Complexo Eólico Caetés	43.277	1.319	(4.483)	40.113	367.056	—	(16.253)	350.803	390.916
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.482	403	(1.429)	20.456	100.613	—	(6.549)	94.064	114.520
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	16.797	2.634	(419)	19.012	328.582	29.481	(6.202)	351.861	370.873
BNB - São Ricardo 03	5.481	502	(36)	5.947	120.573	—	(787)	119.786	125.733
BNB - São Ricardo 04	4.263	390	(33)	4.620	93.779	—	(732)	93.047	97.667
Outros	27.227	—	—	27.227	—	—	—	—	27.227
Subtotal	229.206	8.889	(12.552)	225.543	1.809.483	30.678	(68.017)	1.772.144	1.997.687
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) Auren Operações	359.530	16	—	359.546	—	—	—	—	359.546
Scotiabank 4131 (2021) Auren Operações	641.689	3.889	—	645.578	213.896	—	—	213.896	859.474
Scotiabank 4131 (2ª série) Auren Participações	464.422	11.390	(18)	475.794	—	—	—	—	475.794
Scotiabank 4131 (3ª série) Auren Participações	224.875	5.515	(18)	230.372	—	—	—	—	230.372
Subtotal	1.690.516	20.810	(36)	1.711.290	213.896	—	—	213.896	1.925.186
Total da dívida	2.111.370	167.243	(33.678)	2.244.935	9.188.114	30.678	(239.499)	8.979.293	11.224.228

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2023							
	Circulante				Não Circulante			
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão - Tucano Holding II	20.818	47.421	(1.011)	67.228	320.661	—	(12.374)	308.287
1ª Emissão - Veleiros	292.005	1.453	—	293.458	—	—	—	—
2ª Emissão - Veleiros (1º série)	4.667	406	(225)	4.848	75.540	—	(1.352)	74.188
2ª Emissão - Veleiros (2º série)	15.515	385	(245)	15.655	64.692	—	(1.335)	63.357
1ª Emissão - Cajuína AB1	23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.470	—	(50.572)	989.898
6ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	—	—	—	—
8ª Emissão - Auren Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	—	(4.533)	170.917
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	—	49.993	(505)	49.488	1.380.000	—	(934)	1.379.066
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	—	10.913	(3.592)	7.321	835.513	—	(14.437)	821.076
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	—	8.592	(1.008)	7.584	233.168	—	(4.050)	229.118
10ª Emissão - Auren Operações	—	4.507	(595)	3.912	750.000	—	(2.344)	747.656
1ª Emissão (1ª série) - Auren Tietê Eólica	7.689	43	(254)	7.478	8.971	—	(254)	8.717
1ª Emissão (2ª Série) - Auren Tietê Eólica	18.086	84	(242)	17.928	12.833	—	(74)	12.759
1ª Emissão Auren Participações	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	—	(591)	1.065.533
Complexo Eólico Araripe	15.399	305	(869)	14.835	80.974	—	(3.042)	77.932
Complexo Eólico Caetés	13.557	291	(519)	13.329	82.321	—	(1.557)	80.764
Subtotal	656.214	176.534	(15.853)	816.895	6.126.717	—	(97.449)	6.029.268
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES - Auren Operações	27.007	576	(70)	27.513	130.532	—	(338)	130.194
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.114	1.751	(1.553)	12.312	118.640	—	(9.808)	108.832
Nota comercial - Potengi	700.000	108.795	(3.000)	805.795	—	—	—	—
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.072	433	(817)	15.688	107.862	—	(5.377)	102.485
BNDES - Complexo Eólico Araripe	40.408	1.491	(3.205)	38.694	423.383	—	(23.507)	399.876
BNDES - Complexo Eólico Caetés	38.914	1.436	(2.815)	37.535	407.704	—	(20.642)	387.062
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.302	501	(1.429)	20.374	121.069	—	(7.978)	113.091
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	17.239	1.734	(171)	18.802	345.379	31.941	(2.698)	374.622
Outros	29.662	—	—	29.662	16.685	—	—	16.685
Subtotal	902.718	116.717	(13.060)	1.006.375	1.671.254	31.941	(70.348)	1.632.847
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (2020) Auren Operações	281.089	27	—	281.116	281.088	—	—	281.088
Scotiabank 4131 (2021) Auren Operações	—	3.597	—	3.597	668.225	—	—	668.225
Scotiabank 4131 (1ª série) Auren Participações	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	—
Scotiabank 4131 (2ª série) Auren Participações	—	9.290	(334)	8.956	362.518	—	(18)	362.500
Scotiabank 4131 (3ª série) Auren Participações	—	4.550	(334)	4.216	175.473	—	(18)	175.455
Subtotal	468.303	18.408	(1.237)	485.474	1.487.304	—	(36)	1.487.268
Total da dívida	2.027.235	311.659	(30.150)	2.308.744	9.285.275	31.941	(167.833)	9.149.383

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe swap, demonstrado na nota explicativa nº 31.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.096.146	202.397	1.298.543	6.583.247	2.779.700	1.532.083	10.895.030
Ingressos	—	571.113	571.113	560.000	36.991	571.113	1.168.104
Encargos financeiros	158.966	39.970	198.936	716.769	238.558	63.412	1.018.739
Variação cambial	—	(49.538)	(49.538)	—	—	(145.345)	(145.345)
Variação monetária	—	—	—	155.329	29.361	—	184.690
Pagamento de principal	(1.328)	—	(1.328)	(524.689)	(327.053)	—	(851.742)
Pagamento de encargos financeiros	(148.120)	(25.648)	(173.768)	(658.937)	(127.493)	(48.943)	(835.373)
Diferimento dos custos de transação	(66)	(258)	(324)	(7.296)	(2.185)	(258)	(9.739)
Amortização dos custos de transação	2.345	680	3.025	21.740	11.343	680	33.763
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.107.943	738.716	1.846.659	6.846.163	2.639.222	1.972.742	11.458.127
Ingressos	—	—	—	2.010.000	342.849	—	2.352.849
Encargos financeiros	76.765	42.820	119.585	664.859	173.315	67.071	905.245
Variação cambial	—	190.550	190.550	—	—	535.015	535.015
Variação monetária	—	—	—	221.895	26.767	—	248.662
Pagamento de principal	(1.066.124)	(224.851)	(1.290.975)	(1.761.260)	(898.650)	(584.776)	(3.244.686)
Pagamento de encargos financeiros	(121.953)	(42.306)	(164.259)	(604.075)	(287.124)	(66.103)	(957.302)
Diferimento dos custos de transação (i)	—	—	—	(97.472)	(10.607)	—	(108.079)
Amortização dos custos de transação	3.369	1.237	4.606	21.245	11.915	1.237	34.397
Saldos em 31 de dezembro de 2024	—	706.166	706.166	7.301.355	1.997.687	1.925.186	11.224.228

(i) O aumento no diferimento dos custos de transação está relacionado aos pagamentos do "waiver fee", após aprovação de debenturistas e demais credores, como parte das condições precedentes dispostas no *Business Combination Agreement* com a Auren Energia S.A., detalhado na nota explicativa 1.5 (b).

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Tucano Holding II	1ª Emissão - Tucano Holding II	300.000	Outubro de 2021	IPCA + 6,06%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	382.357	Setembro de 2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x, medição a partir de 2024.	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Cajuína AB1	1ª Emissão - Cajuína AB1	950.000	Junho de 2022	IPCA + 7,07%	Semestral (a partir 2023)	Semestral (a partir de junho 2024)	1.035.883	Junho de 2044	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x, medição a partir de 2024.	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação da fase 1 e 2 do Parque Eólico Cajuína
Auren Operações	8ª Emissão - Auren Operações	200.000	Maio de 2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestrais	179.846	Maio de 2030	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Auren Operações	9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	2.200.000	Março de 2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.424.344	Março de 2026 Março de 2027	Capacidade de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/ EBITDA ajustado: ≤4,5x Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/ despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbé e AGV
	9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	868.765	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029		
	9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	247.864	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029		

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Auren Operações	10ª Emissão - Auren Operações	750.000	Dezembro de 2022	CDI + 1,50%	Semestral	Parcela única no vencimento	751.529	Dezembro de 2027	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/ EBITDA ajustado: ≤4,5x Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/ despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro
Auren Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura (1ª série) 1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura (2ª série)	146.000	Dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Mensal	Mensal	9.128 13.219	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
Complexo Eólico Caetés	Complexo Eólico Caetés	89.000	Dezembro de 2014	IPCA + 8,86%	Semestral	Semestral	81.857	Dezembro de 2027	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés
Complexo Eólico Araripe	Complexo Eólico Araripe	111.000	Março de 2016	IPCA + 9,24%	Semestral	Semestral	84.880	Junho de 2028	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe
Auren Operações	BNDES	385.177	Outubro de 2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	131.600	Outubro de 2029	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/ EBITDA ajustado: ≤4,5x, calculado ao final de cada exercício social	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	275.800	Julho de 2013 (MS) Abril de 2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	114.520	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Complexos Eólico Cassino	BNDES (Cassino)	219.291	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	103.481	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Cassino
Complexo Eólico Caetés	BNDES (Caetés)	580.801	Dezembro de 2014	TJLP + 2,20%	Mensal	Mensal	403.883	Abril de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés
Complexo Eólico Araripe	BNDES (Araripe)	621.225	Maio de 2015	TJLP + 2,20%	Mensal	Mensal	390.916	Abril de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe
Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	198.500	Maio de 2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	108.686	Maio de 2030, 2031 e 2033	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Complexo Eólico Tucano (Anglo)	BNB	332.916	Julho de 2021	IPCA + 2,66%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	370.873	Julho de 2045	N/A	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Auren Operações	Outros	50.000	Setembro de 2022	IPCA	Mensal (a partir de setembro de 2023)	Mensal (a partir de setembro de 2023)	27.227	Setembro de 2025	N/A	Reforço de caixa e liquidez
Auren Operações	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	Dezembro de 2020	USD + 1,6320% com swap para o CDI + 1,50%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	359.546	Dezembro de 2025	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/ despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Auren Operações	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	Março de 2021	USD + 1,7786% com swap para o CDI + 1,48	Semestral	Março 2025 e Março 2026	859.474	Março de 2026	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	383.363 USD 75.000	Janeiro de 2023	USD + 5,2870% com swap para o CDI + 1,60%	Semestral	Parcela única no vencimento	475.794	Janeiro de 2025	N/A	Reforço de caixa e liquidez.
Controladora	Scotiabank 4131 (3ª série)	187.750 USD 36.315	Janeiro de 2023	USD + 5,2870% com swap para o CDI + 1,65%	Semestral	Parcela única no vencimento	230.372	Janeiro de 2025	N/A	Reforço de caixa e liquidez.
Veleiros	2ª emissão - Debênture 1ª série	80.000	Dezembro de 2023	IPCA + 7,33%	Semestral	Semestral	79.991	Novembro de 2047	N/A	Financiamento do Complexo Edílico Cajuína.
Veleiros	2ª emissão - Debênture 2ª série	80.000	Dezembro de 2023	IPCA + 6,93%	Semestral	Semestral	68.565	Novembro de 2041	N/A	Financiamento do Complexo Edílico Cajuína.
Santa Tereza 07	1º Emissão - Debêntures (1ª série)	600.000	Abril de 2024	IPCA + 6,93%	Março de 2025	Semestral (a partir de março de 2025)	633.687	Março de 2039	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.
Santa Tereza 07	1º Emissão - Debêntures (2ª série)	300.000	Abril de 2024	IPCA + 7,08%	Março de 2025	Semestral (a partir de março de 2025)	317.075	Março de 2044	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.
Santa Tereza 01	FDNE - Santa Tereza 01	122.849	Fevereiro de 2024	IPCA + 2,93%	Junho de 2025	Semestral (a partir de junho de 2025)	123.101	Dezembro de 2043	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Emissão de longo prazo para pagamento parcial da Nota Comercial da Potengi Holding S.A. (divida de curto prazo)
São Ricardo 03	BNB - São Ricardo 03	123.750	Novembro de 2023	IPCA + 4,53%	Janeiro de 2025	Mensal (a partir de janeiro de 2025)	125.733	Dezembro de 2047	N/A	Emissão de longo prazo para pagamento parcial da 1ª Emissão da Veleiros Holding S.A. (divida de curto prazo)
São Ricardo 04	BNB - São Ricardo 04	96.250	Novembro de 2023	IPCA + 4,53%	Janeiro de 2025	Mensal (a partir de janeiro de 2025)	97.667	Dezembro de 2047	N/A	Emissão de longo prazo para pagamento parcial da 1ª Emissão da Veleiros Holding S.A. (divida de curto prazo)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024		2023		2024		2023	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do exercício)	12,15%	11,65%	—	—	1.111.311	60,03	2.181.261	18,97	4.398.064	37,73
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	4,83%	4,62%	—	—	—	—	6.067.819	52,78	3.812.836	32,71
TJLP (índice do último dia útil do exercício)	7,43%	6,55%	—	—	—	—	1.202.864	10,46	1.338.690	11,48
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	120.239	1,05	132.505	1,14
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do exercício)	6,1923	4,8413	706.202	100,00	739.989	39,97	1.925.222	16,74	1.974.015	16,94
Total			706.202	100,00	1.851.300	100,00	11.497.405	100,00	11.656.110	100,00

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado					Total
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	
2026	862.165	208.233	213.896	1.653	(31.805)	1.254.142
2027	2.002.439	218.670	—	1.723	(29.564)	2.193.268
2028	586.875	228.430	—	1.808	(24.625)	792.488
2029	587.491	236.294	—	1.919	(20.975)	804.729
2030	231.119	215.135	—	1.951	(18.682)	429.523
2031 em diante	2.894.646	702.721	—	21.624	(113.848)	3.505.143
	7.164.735	1.809.483	213.896	30.678	(239.499)	8.979.293

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (233 contratos), com vigência até 2057. A Companhia e a sua controlada direta Auren Operações reconhecem o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecem um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada varia de 9,51% a 12,70% a.a.

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.529	180.221
Ingressos	—	40.468
Remensuração (i)	(132)	7.027
Encargos financeiros	246	16.939
Pagamento de encargos financeiros	(246)	(15.895)
Pagamento de principal	(1.254)	(8.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.143	220.110
Ingressos	—	21.967
Remensuração (i)	3.330	(135.578)
Encargos financeiros	98	21.683
Pagamento de encargos financeiros	(66)	(19.892)
Pagamento de principal	(1.553)	(8.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.952	99.818
Circulante	1.388	3.327
Não circulante	1.564	96.491

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2025	1.388	3.327
Subtotal	1.388	3.327
NÃO CIRCULANTE		
2026	1.564	3.386
2027	—	2.022
2028	—	2.118
2029	—	2.325
2030	—	2.581
2031 em diante	—	84.059
Subtotal	1.564	96.491
Total	2.952	99.818

A Controlada direta Auren Operações possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas AGV, Boa Hora e Tietê Integra totalizando R\$ 19.135 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.714 em 31 de dezembro de 2023). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 11,49% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela Administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê (Plano de suplementação de aposentadoria e pensão), que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento teve início de vigência em 1º de junho de 2019. Nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 867, nova alteração no regulamento do PSAP, que trata do saldamento do plano de benefícios. Esta operação de saldamento resulta na suspensão dos aportes de contribuições no PSAP e, a partir desta data, os aportes serão efetuados no plano CD, criado em 2019.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo foi mitigar riscos de futuros *déficits*, buscando maior equilíbrio e controle das obrigações do plano e, ao mesmo tempo, preservar o direito adquirido dos participantes e assistidos, diminuindo também as contribuições para equacionamento de eventuais *déficits* futuros. Os riscos mitigados foram de aumento da obrigação atuarial em função do acúmulo de tempo de serviço e do crescimento salarial do subplano BD. Os riscos financeiro e de mortalidade continuarão existindo, porém terão um impacto menor sobre o passivo do subplano BD.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2023, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Vivest testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado 3,5% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Vivest). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Vivest indicou um déficit no plano BD de R\$ 32.052 (R\$ 9.379 em 31 de dezembro de 2023), valor inferior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 21.045 (R\$ 18.722 em 31 de dezembro de 2023), sendo necessária elaboração de plano de equacionamento de, no mínimo, R\$ 11.007, referente à parcela excedente. O BSPS apresentou déficit técnico pela Vivest de R\$ 44.562 (déficit de R\$ 10.818 em 31 de dezembro de 2023), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC, que na data base de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 19.667 (R\$ 18.654 em 31 de dezembro de 2023) e necessidade de equacionamento de, no mínimo, R\$ 24.895. O Plano CV fechou o exercício de 2024 déficit de R\$ 3.489 valor superior ao limite legal de R\$ 2.203, sendo necessário equacionamento de, no mínimo, R\$ 1.286, (em equilíbrio em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 110/2022 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os valores estimados são diferentes pois utilizam metodologias e premissas distintas.

17.2 Programa de incentivo à aposentadoria

A Companhia possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à Companhia, limitado a 10 salários; (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); e (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos.

17.3 Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego

17.3.1 Ativos e passivos atuariais

	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	505.946	594.471
Valor justo dos ativos do plano	(499.434)	(500.722)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	12.473	—
Subtotal passivo registrado com previdência privada	18.985	93.749
Valor presente das obrigações atuariais	8.496	10.258
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	8.496	10.258
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	27.481	104.007

17.3.2 Movimentações do passivo registrado

	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	604.729	605.416
Custo dos serviços correntes	927	700
Custo dos juros	54.895	60.160
Benefícios pagos pelo plano	(49.099)	(45.106)
Benefícios pagos pela empresa	(746)	(1.852)
Contribuições dos empregados	419	392
Efeito do limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso	12.473	—
Perda atuarial	(96.683)	(14.981)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	526.915	604.729

17.3.3 Movimentações do valor justo dos ativos do plano

	Consolidado	
	2024	2023
Valor dos ativos do plano no início do exercício	500.722	494.726
Rendimento esperado dos ativos do plano	45.633	49.302
Contribuição paga pela empresa	8.301	6.189
Benefícios pagos pelo plano	(49.099)	(45.106)
Contribuições dos empregados	418	392
Perda atuarial nos ativos do plano	(6.541)	(4.781)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	499.434	500.722

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.3.4 Despesas reconhecidas no resultado do exercício

	Consolidado	
	2024	2023
Custo dos juros	54.000	59.344
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(45.633)	(49.302)
Subtotal das despesas benefício definido	8.367	10.042
Contribuição definida	3.991	4.544
Total da despesa com entidade de previdência privada	12.358	14.586
Custo dos serviços correntes	927	700
Custo dos juros	895	816
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	1.822	1.516
Total das despesas com benefícios pós-emprego	14.180	16.102

17.3.5 Movimentações do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	104.007	110.690
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	10.190	11.557
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	(77.669)	(10.199)
Pagamentos de contribuições	(9.047)	(8.041)
Saldo no final do exercício	27.481	104.007

17.3.6 Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	87.084	97.283
Perda atuarial gerada pelo efeito da alteração de premissas demográficas e financeiras	(112.512)	43.871
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	15.828	(58.851)
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	6.541	4.781
Saldo no final do exercício	(3.059)	87.084

17.3.7 Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos			Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	Mensuração do valor justo	2024	2023	
Renda fixa	Nível 2	86,07%	86,01%	até 100%
Renda variável	Nível 2	6,36%	6,98%	até 70%
Empréstimos a participantes	Nível 2	1,15%	1,16%	até 15%
Investimentos estruturados	Nível 2	1,64%	2,75%	até 20%
Investimento no exterior	Nível 2	2,61%	1,33%	até 10%
Imóveis	Nível 3	2,17%	1,24%	até 8%
Outros	-	—	0,54%	-
Total		100,00%	100,00%	

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.3.8 Premissas atuariais utilizadas

	Previdência privada		Incentivo à aposentadoria	
	2024	2023	2024	2023
a) Premissas econômicas:				
a1) Determinação do passivo atuarial:				
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,21%	9,44%	11,15%	9,54%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A	6,09%	6,45%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50%	3,85%	3,50%	3,85%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,50%	3,85%	3,50%	3,85%
a2) Determinação da despesa atuarial:				
Taxa de desconto nominal	9,44%	10,35%	9,54%	10,40%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A	6,45%	6,58%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,85%	3,98%	3,85%	3,98%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,85%	3,98%	3,85%	3,98%
b) Premissas demográficas:				
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%
Taxa de rotatividade esperada	N/A	N/A	ExpR_2012	ExpR_2012
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	20,45	20,45	20,45	20,45

17.3.9 Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício seguinte

	2025
Custo dos serviços correntes	663
Custo dos juros	54.953
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(53.808)
Total da despesa projetada para o exercício	1.808

17.3.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Hipóteses	PSAP		PIA	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	(23.414)	(1.099)	(212)	221
Total da obrigação de benefício definido	495.005	517.320	8.284	8.717

17.3.11 Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em função do saldamento do PSAP/Tietê mencionado na nota explicativa nº 17.1, a patrocinadora não realizou contribuições nesse plano durante o exercício de 2021. A partir de 2021, os aportes estão sendo feitos no plano CD.

A média ponderada da duração da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 8,91 anos (10,5 anos em 31 de dezembro de 2023). Para o PIA, a média da obrigação é de 11,14 anos (12,9 anos em 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

Notas Explicativas

	2024
1 ano	48.372
Entre 2 e 5 anos	204.742
Após 5 anos	289.347
Total de pagamentos esperados do plano	542.461

17.3.12 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis, nos termos do quadro abaixo:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	8.204	4.010	1.663	2.668
Meio ambiente	20.526	2.472	—	—
Regulatório (i)	—	56.874	—	—
Fiscal	13.442	10.950	3.352	2.985
Cível	9.013	—	—	86
Total	51.185	74.306	5.015	5.739
Circulante	11.749	9.324		
Não Circulante	39.436	64.982		
Total	51.185	74.306		

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A mudança de prognóstico apresentada pelo assessor legal externo da Auren Operações está pautada em recente decisão judicial proferida no processo n.º 0035970-13.2002.4.01.3400, que trata de tema idêntico àquele discutido nos autos da ação movida pela AES Sul, na qual a Sexta Turma do TRF1 entendeu pelo reconhecimento da legalidade do Despacho ANEEL n.º 288/2002. Nesse sentido, a deliberação da gestão jurídica da Auren Energia, lastreada pela nova posição do assessor legal externo da Auren Operações (antiga AES Operações) é pela revisão do prognóstico de perda, passando a classificá-lo como Possível de perda, até que outro fato processual ocorra e indique a necessidade de nova revisão.

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$11.470 em 31 de dezembro de 2024 (R\$10.093 em 31 de dezembro de 2023), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	2024				2023			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.663	373	1.371	3.407	2.668	138	148	2.954
Fiscal	3.352	—	—	3.352	2.985	—	—	2.985
Cível	—	88	—	88	86	281	—	367
Imobiliárias	—	4.623	—	4.623	—	3.787	—	3.787
	5.015	5.084	1.371	11.470	5.739	4.206	148	10.093

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.683	2.566	58.910	25.548	5.741	95.448
Provisão	2.192	—	—	2.318	—	4.510
Reversão de provisão	(67)	(80)	—	(19.548)	(1.455)	(21.150)
Atualização monetária	271	(14)	(2.036)	3.415	159	1.795
Reversão de provisão	—	—	—	(783)	(4.445)	(5.228)
Pagamentos	(1.069)	—	—	—	—	(1.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	10.950	—	74.306
Provisão	4.724	17.786	—	1.831	8.719	33.060
Reversão de provisão	(911)	(20)	(20.913)	—	—	(21.844)
Atualização monetária (nota 29)	382	288	2.821	661	294	4.446
Reversão de atualização monetária (nota 29)	—	—	(38.782)	—	—	(38.782)
Pagamentos	(1)	—	—	—	—	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.204	20.526	—	13.442	9.013	51.185

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta Auren Operações e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2024	2023
Meio ambiente	124	Não determinado
Cível	33.102	106.391
Regulatório	93.649	46.677
Fiscal	1.296.010	1.506.809
Trabalhista	12.666	—
Imobiliárias	172	—
Total	1.435.723	1.659.877

18.3 Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	23	266.988	0,15% a 1,20%	15	216.163	0,15% a 1,30%
Cível	8	77.214	0,15% a 1,00%	8	84.271	0,15% a 1,00%
	31	344.202		23	300.434	

19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado	
	2024	2023
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	11.500	13.632
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.798	5.296
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	597	814
Ministério de minas e energia	299	407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	179	244
Taxa de fiscalização ANEEL	1.369	1.258
Total	20.742	21.651

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	—	40.143
Complexo Eólico Cajuína São Ricardo	—	91.847
Total	—	131.990

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Consolidado				
	Complexo Eólico Santa Tereza	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico Serra Verde
Saldos em 31 de dezembro de 2022	71.056	5.798	97.082	—	72.155
Adições (i)	—	—	—	—	9.305
Atualização monetária	6.371	316	11.749	—	9.077
Pagamentos	(37.284)	(6.114)	(16.984)	—	(90.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.143	—	91.847	—	—
Atualização monetária	1.667	—	5.514	—	—
Adição (i)	—	—	—	22.186	—
Pagamentos	(41.810)	—	(97.361)	(22.186)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	—	—	—	—	—

(i) Refere-se ao ajuste de preço a pagar pela controlada direta Auren Operações, em decorrência do *Earn-out* e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A. em 03 de agosto de 2017. A contrapartida foi registrada na rubrica de Outras (despesas) receitas operacionais (nota 28). Em 3 de abril de 2024 o valor foi liquidado.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Participação nos lucros e resultados		—	—	12.102	20.056
Férias		—	—	12.452	16.739
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	4.538	6.108
Bônus		—	1.937	—	2.099
Meio ambiente		—	—	1.244	1.282
Multa por atraso em Tucanos		—	—	—	—
Imposto de renda sobre folha de pagamento		3.672	174	6.545	3.170
Adiantamento de clientes		—	—	3.860	3.955
Centralização de estoque	30	—	—	279	18
Demais obrigações		26	109	5.571	18.140
Subtotal		3.698	2.220	46.591	71.567
NÃO CIRCULANTE					
Provisões para desmobilização		—	—	89.026	74.698
Meio ambiente		—	—	50.810	23.268
Obrigações especiais		—	—	412	693
Opção de recompra de participação acionária (i)		—	—	17.329	15.320
Retenções contratuais (ii)		—	—	349	2.857
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		—	—	2.440	2.917
Demais obrigações		—	138	5.458	13.004
Subtotal		—	138	165.824	132.757
Total		3.698	2.358	212.415	204.324

(i) O montante de R\$17.329 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada direta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022 que, em algumas situações, a Companhia não tem como evitar o exercício da

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

opção caso a BRF opte por exercer. O PPA tem vigência de 15 anos, iniciando em 2024 e finalizando em 2038.

O valor presente da obrigação contratual foi registrado como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(ii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

(iii) A movimentação da provisão para desmobilização é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2022	185.634
Adições	6.105
Remensuração	1.016
Atualização	(118.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.698
Adições	4.192
Atualização	10.136
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.026

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$ 4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 4.600.000 em 31 de dezembro de 2023).

O capital subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.321.471 (R\$ 2.196.958 em 31 de dezembro de 2023), representado em 751.079.230 ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	2024		2023	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Auren Energia S.A	751.076.090	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	174.810.572	29,04
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	110.012.802	18,28
BNDESPar	—	—	42.030.280	6,98
Luiz Barsi Filho	—	—	30.190.000	5,02
Outros	—	—	244.881.552	40,68
Ações em Tesouraria	3.140	—	2.105	—
Total das ações	751.079.230	100,00	601.927.311	100,00

Em 26 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Aumento de Capital da Companhia através da emissão de 2.122.371 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$11,55 por ação, totalizando R\$24.513, de ações ordinárias de emissão da controlada direta Auren Operações

Em 21 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 147.029.548 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 7,48148934562 por ação passando o capital social subscrito da Companhia dos atuais R\$ 2.196.958 para R\$ 3.321.471.

Conforme destacado na nota explicativa 1.5 (b), em 15 de maio de 2024 a Companhia comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A. ("ARN"), o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Acordo") por meio do

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da Companhia em subsidiária integral da Auren, conforme as seguintes etapas, todas elas interdependentes e vinculadas entre si.

Na tabela acima apresentamos as participações acionárias relevantes diretas ou indiretas acima de 5% do capital social da Companhia, conforme o artigo 12 da Resolução CVM nº 44/2021.

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2024	2023
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada (i)	(55.470)	(30.957)
Ações e opções de ações outorgadas	1.575	1.231
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da Auren Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	1.234.780	1.258.949
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(197.805)	(147.636)
Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	81.780	30.519
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(9.982)	(3.596)
Hedge de fluxo de caixa	(1.771)	(4.098)
Opção de recompra de participação acionária	74.644	76.653
Subtotal	(172.958)	(167.982)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	614.491	985.059
Reserva legal	40.283	40.283
Reserva estatutária	131.966	131.966
Reserva de lucros a realizar	73.749	73.749
Subtotal	860.489	1.231.057
Total	1.922.311	2.322.024

- (i) A Companhia aumentou seu capital mediante aporte realizado pela antiga controladora direta AES Holdings Brasil Ltda., de ações ordinárias emitidas pela controlada direta Auren Operações. As ações aportadas são provenientes do direito de capitalização da reserva especial de ágio que a Auren Operações possui, no montante de R\$55.470 (R\$33.957 em 31 de dezembro de 2023). Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

22.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.077.260 (R\$1.060.456 em 31 de dezembro de 2023) é composto pelas controladas indiretas:

- Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com participação de 23,41% representada por ações preferenciais no montante de R\$1.014.991 (R\$1.038.305 em 31 de dezembro de 2023);

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela controlada

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

indireta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação de geração de energia eólica e solar.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Guaimbê Holding, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

- Veleiros Holdings, sendo o acionista não controlador Unipar Indupa do Brasil S.A., com a participação de 49,50%, no montante de R\$32.566 (R\$23.539 em 31 de dezembro de 2023); e

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta Tucano Holding I S.A.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 90% do Lucro Líquido da Veleiros Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 90%.

- Potengi Holdings, sendo o acionista não controlador BRF S.A., com a participação de 50%, no montante devedor de R\$29.703 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2023).

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta Tucano Holding I S.A.

Estas classes de ações preferenciais possuem direito a 78% do Lucro Líquido da Potengi Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 78%.

Aumento de Capital:

Em 09 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da sua controlada direta Potengi Holding S.A através da emissão de 22.612,769 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 22.613, mediante aporte da acionista acionista não controladora.

Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da sua controlada direta Potengi Holding S.A através da emissão de 22.560.004 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 22.560, mediante aporte da acionista não controladora.

Em 17 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da sua controlada direta Veleiros Holding S.A através da emissão de 5.314.459 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 5.314, mediante aporte da acionista não controladora.

Em 17 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aumentou de capital da sua controlada direta Veleiros Holding S.A através da integralização de capital de 9.685.540 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 9.686, mediante aporte da acionista não controladora.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos:

- **Intermediários**

O saldo de dividendos intermediários em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$10.029 é composto pela controlada indireta Guaimbê Holding. De acordo com a ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$13.373 dos quais foram distribuídos R\$3.343 a controlada direta Auren Operações e R\$10.030 ao acionista não controlador.

Adicionalmente, de acordo com a ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$131.885 dos quais foram distribuídos R\$32.971 a controlada direta Auren Operações e R\$98.914 ao acionista não controlador.

- **Adicionais propostos**

O saldo de dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$37.117 é composto pela controlada indireta Guaimbê Holding. De acordo com a ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$49.489 dos quais foram distribuídos R\$12.372 a controlada direta Auren Operações e R\$37.117 ao acionista não controlador.

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador.

22.2.1 Acordo de acionistas Guaimbê Holding - 2o. aditamento

- **Emissão de ações preferenciais**

A Auren Operações S.A. (atual denominação da AES Brasil Operações S.A.), controlada indireta da Companhia, firmou em 17 de março de 2021 e 03 de janeiro de 2022 Acordos de Investimento ("Acordos"), por meio dos quais o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") subscreveu ações preferenciais através de aumento de capital realizado na Guaimbê Solar Holding - S.A. ("Guaimbê Holding"), subsidiária da Auren Operações, nos valores de R\$ 855 milhões e R\$ 360 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, a participação societária da Auren Operações e do Itaú são 76,59% e 23,41%, respectivamente.

Os dividendos dos acionistas preferencialistas não refletem a participação societária e são calculados com base nos lucros da subsidiária. Conforme o acordo de acionistas, os acionistas preferencialistas tem direito a até 75% do lucro auferido pela Companhia, nos termos da Lei das S.A. e aprovado em Assembleia Geral. A distribuição dos resultados não ocorre automaticamente, pois está sujeita à aprovação da Assembleia Geral pelo voto da maioria do capital.

- **Opção de compra ("Call"): mensuração do valor justo e reconhecimento**

O acordo de acionistas garante à Auren Operações uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais da Guaimbê Holding detidas pelo Itaú, cuja mensuração do seu valor justo é realizada pelo método de fluxo de caixa descontado.

Em 20 de dezembro de 2024, foi celebrado o 2º aditamento ao acordo de acionistas, garantindo à Auren Operações o direito de exercício da opção de compra de até 50% entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026 e, até 100% entre 1º de janeiro de 2027 e 30 de abril de 2031. Além disso, foi reduzido também o fator de variação utilizado para o cálculo do preço de exercício da opção para 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a partir de 1º de novembro de 2024, o qual em 31 de dezembro de 2024 correspondia a R\$ 1.100.270 mil

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024, a Auren Operações mensurou o valor justo da opção de compra e concluiu que está fora do preço ("out of the money"), não havendo, portanto, nenhum valor a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

■ Opção de venda contingente

Adicionalmente, no acordo de acionistas celebrado, ficou estabelecido que o Itaú possui uma opção de venda contingente, a qual somente pode ser exercida em caso de ocorrência de efeitos materiais adversos específicos previstos no Acordo, ou seja a opção de venda representa um direito potencial e como consequência, não configura uma obrigação financeira, não havendo, portanto, nenhum valor a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

23. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício na forma prevista no artigo nº 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo circulante nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intermediários e/ou intercalares - quando de sua aprovação pela Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio - quando de sua aprovação pela RCA ou AGO.

A Companhia possui uma política de dividendos disponível no site de Relações com Investidores, aprovada pelo Conselho de Administração, onde estabelece as diretrizes para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio de acordo com os dispositivos legais, estatutários e regulatórios aplicáveis.

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(420.737)	134.041
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	50.169	51.180
Ajuste por conta de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	—	(5)
Constituição de reserva legal	—	(9.261)
Base para pagamento de dividendos	(370.568)	175.955
Destinação:		
Absorção de prejuízo do exercício	(370.568)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	43.989
Reserva estatutária	—	131.966
Total destinado	(370.568)	175.955

24. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a nota explicativa nº 22 a Companhia emitiu um total de 147.029.548 ações ordinárias, em 21 de novembro de 2024, desta forma, a Companhia considerou necessário ajustar a média ponderada das ações. Assim, tanto o numerador (lucro do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2024:

24.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico e diluído

Notas Explicativas

	Controladora	
	2024	2023
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	(420.737)	134.041
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	654.232	601.927
Resultado diluído e diluído por ação (R\$ por ação)	(0,64310)	0,22269

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Dessa forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

(d) Operações de comercialização de energia

As operações de comercialização de energia estão relacionadas à meta financeira da Mesa de Operações seguindo rigorosamente todas as métricas de risco aprovadas e, para fins de mensuração

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábil, atendendo à definição de instrumentos financeiros ao valor justo. Posições futuras em aberto (compras ou vendas) são marcadas a mercado, utilizando informações publicadas por instituições independentes: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado			
	2024		2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais (ii)	14.091.302	2.710.689	11.948.283	2.494.702
Mercado de curto prazo				
MRE	646.991	8.641	2.834.778	37.860
SPOT	446.486	115.976	284.398	28.883
Outros	—	48.515	—	50.707
Contratos de energia eólicos	3.443.035	1.042.764	4.209.317	898.478
Contratos de energia solares	518.063	176.308	553.411	188.447
Contratos de comercialização energia (iii)	5.282.086	492.479	2.642.392	252.738
Partes relacionadas (nota 30)	140.512	19.763	51.917	8.108
Marcação a mercado de instrumentos financeiros (iv)	—	(26.688)	—	3.934
Outras receitas	—	16.482	—	147.886
Receita operacional bruta	24.568.475	4.604.929	22.524.496	4.111.743
PIS e Cofins	—	(441.378)	—	(345.413)
CFURH	—	(50.752)	—	(69.248)
ICMS e outros	—	(210.803)	—	(243.631)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(24.353)	—	(21.935)
Receita operacional líquida	24.568.475	3.877.643	22.524.496	3.431.516

- (i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
- (ii) Compreende contratos hídricos e contratos varejistas.
- (iii) Referem-se às vendas de energia elétrica realizadas pela controlada direta ARN Comercializadora.
- (iv) Refere-se à marcação a mercado dos contratos de compras e vendas de energia elétrica da controlada direta ARN Comercializadora em 31 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota 30.1. A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas por instituições isentas: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado			
	2024		2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	4.366.840	(750.402)	3.603.908	(629.869)
Contratos com partes relacionadas (nota 30)	—	(3.505)	73.440	(7.510)
Mercado de curto prazo				
MRE	1.199.421	(19.064)	4.462	141
SPOT	472.051	(43.083)	46.638	(17.346)
Outros	2.905	(7.535)	—	(1.864)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(376.519)	—	(337.374)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(23.365)	—	(17.785)
Contratos de comercialização energia	5.789.195	(660.567)	2.025.772	(212.761)
Crédito de PIS e Cofins	—	254.802	—	141.682
Outros custos operacionais	—	(1.275)	—	(1.400)
Subtotal	11.830.412	(1.630.513)	5.754.220	(1.084.086)
Custo da operação				
Pessoal e administradores	—	(131.682)	—	(120.738)
Benefícios pós-emprego	—	(1.171)	—	(2.303)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 30)	—	(9.692)	—	(12.075)
Serviços de terceiros	—	(236.859)	—	(232.164)
Material	—	(31.140)	—	(28.149)
Depreciação e amortização	—	(798.111)	—	(653.033)
Seguros	—	(78.837)	—	(49.526)
Arrendamentos e aluguéis	—	(3.351)	—	(3.124)
Contribuições setoriais	—	(15.676)	—	(11.021)
Outros custos operacionais	—	(3.681)	—	(739)
Subtotal	—	(1.310.200)	—	(1.112.872)
Total	11.830.412	(2.940.713)	5.754.220	(2.196.958)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

27. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal e administradores	(24.672)	(13.062)	(121.310)	(103.121)
Benefícios pós-emprego	(44)	(336)	(3.748)	(2.941)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 30)	—	—	(16.705)	(21.135)
Serviços de terceiros	(9.767)	(6.398)	(55.375)	(51.897)
Material	(170)	(91)	(5.401)	(11.874)
Seguros	(121)	(37)	(383)	(2.542)
Arrendamentos e aluguéis	—	(11)	(1.133)	(726)
Depreciação e amortização	(1.400)	(1.327)	(3.132)	(1.781)
Total	(36.174)	(21.262)	(207.187)	(196.017)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (nota 20)	—	—	(22.186)	—
Indenização de sinistro (i)	—	—	31.196	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (ii)	—	(11)	(15.290)	12.746
Recebimento massa falida - Banco Santos (iii)	—	—	5.635	5.779
Taxas e associações	(250)	(90)	(343)	(386)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	—	—	(75)	(538)
Baixa no contas a receber de venda de controlada (iv)	—	—	—	(23.208)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.896)	—	(1.896)	—
Outros	(152)	594	(7.823)	(1.210)
Total	(2.298)	493	(10.782)	(6.817)

(i) Em março e outubro de 2024, a Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorridos em suas controladas indiretas Santa Joana II e São Cristóvão.

(ii) Em março de 2023, a controlada direta Auren Operações, recebeu o montante de R\$13.748 relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.

(iii) Refere-se aos recebimentos que a controlada direta Auren Operações tem direito sobre a massa falida do Banco Santos. Após a decretação da falência pelo banco, a controlada direta Auren Operações foi obrigada a habilitar os valores nos autos e periodicamente recebe esses numerários.

(iv) O saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	21.083	93.354	226.396	425.142
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	—	—	1.393	88
Atualização de créditos tributários	2.284	721	24.657	7.500
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7 68	62	59.210	72.585
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.090)	(4.377)	(9.339)	(21.001)
Outras	3	3	15.543	408
Variações Cambiais:				
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	30 —	—	(515)	53
Outras receitas cambiais	40	85	579	498
Marcação a mercado de derivativos	—	294	—	294
Total	22.388	90.142	317.924	485.567
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2 (124.191)	(201.961)	(939.642)	(1.052.502)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira	(48.147)	(66.533)	(191.403)	(234.751)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2 —	—	(248.662)	(184.690)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17 —	—	(9.262)	(10.858)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	20 —	—	(7.181)	(27.513)
Atualização monetária de desmobilização	21 —	—	(10.136)	(2.238)
Juros capitalizados no imobilizado em curso (i)	11 e 33 —	—	148.954	437.146
Juros sobre passivos de arrendamento	16 (98)	(246)	(21.683)	(16.939)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1 (64)	(62)	34.336	3.432
Despesa de subarrendamento	—	—	(1.622)	—
Imposto sobre operações financeiras - IOF	174	216	(9.449)	(2.510)
Atualização monetária de ressarcimento	8 —	—	(17.503)	(9.930)
Custos de Waiver Fee	(22.107)	—	(22.222)	—
Outras	(1.780)	(9)	(23.700)	(13.328)
Variações Cambiais:				
Operações de swap	—	(616)	—	(481)
Outros	(76)	(54)	1.106	(2.625)
Total	(196.289)	(269.265)	(1.318.069)	(1.117.787)
Total Líquido	(173.901)	(179.123)	(1.000.145)	(632.220)

(i) A redução dos juros capitalizados é decorrente, principalmente, da entrada em operação total do Complexo Eólico Cajuína 1 e da operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína 2.

30. PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Ativo circulante				
Contas a receber				
Complexo Tucano	—	—	844	2.234
Capitalização de mão de obra própria - Complexo Tucano	—	—	—	84
Esfera Comercializadora	—	—	2.365	—
Auren Comercializadora de Energia	—	—	898	—
Subtotal	4	—	4.107	2.318
Dividendos a receber				
Dividendos a receber - Complexo Tucano	1.635	1.151	—	9.523
Dividendos a receber - Auren Operações (v)	108.788	8.788	—	—
Subtotal	110.423	9.939	—	9.523
Outros ativos				
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	—	—	19
Complexo Cajuína I	9	—	90	—
Subtotal	—	90	—	19
Total do ativo circulante	110.423	10.029	4.107	11.860
Ativo não circulante				
Outros ativos				
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	—	4.507	5.581
Total do ativo não circulante	—	—	4.507	5.581
Total do ativo	110.423	10.029	8.614	17.441
Passivo				
Fornecedores				
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (ii)	13	—	—	3.200
Materiais e Serviços - Auren Operações	3	—	—	—
Materiais e Serviços - Way2 Serviços de Comunicação	—	—	42	—
Compra de energia - Esfera Comercializadora	—	—	538	—
Compra de energia - Auren Comercializadora de Energia	—	—	247	—
Subtotal	3	—	827	3.200
Outras obrigações				
Centralização de Estoque - Complexo Tucano	21	—	279	18
Subtotal	—	—	279	18
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
AES Holdings Brasil	—	13.042	—	13.042
AES Holdings Brasil II	—	8.210	—	8.210
Subtotal	—	21.252	—	21.252
Obrigações com entidade de previdência privada				
Obrigações com benefícios pós-emprego (iii)	17	—	6.512	93.749
Subtotal	—	—	6.512	93.749
Total do passivo	3	21.252	7.618	118.219

Notas Explicativas

		Consolidado	
		2024	2023
Notas			
Resultado			
Receita operacional líquida			
Gestão administrativa e operacional - Complexo Tucano		3.332	3.234
Venda de energia - Complexo Tucano (iv)		2.228	4.874
Venda de energia - Auren Comercializadora de Energia		11.838	—
Venda de energia - Esfera Comercializadora		2.365	—
Total da receita operacional líquida	25	19.763	8.108
Energia elétrica comprada para revenda			
Complexo Tucano		(2.719)	—
Esfera Comercializadora		(539)	—
Auren Comercializadora de Energia		(247)	—
Complexo Tucano - Outros custos		—	(7.510)
Total de Energia elétrica comprada para revenda	26	(3.505)	(7.510)
Custo de produção e operação de energia			
Big Sky (ii)		(9.651)	(12.075)
GreenAnt		(41)	—
Total de custo de produção e operação de energia	26	(9.692)	(12.075)
Gerais e administrativas			
Big Sky (ii)	27	(16.705)	(21.135)
Total de gerais e administrativas		(16.705)	(21.135)
Resultado financeiro			
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii)	17	(8.367)	(10.042)
Variação cambial Big Sky (ii)	29	(518)	53
Variação cambial The AES Corporation		3	—
Total do resultado financeiro		(8.882)	(9.989)
Total do resultado		(19.021)	(42.601)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta Auren Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III e subsidiárias, *joint venture* do grupo, onde a controlada direta Auren Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da controlada direta Auren Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) A controlada direta Auren Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (iv) Refere-se a compra e venda de energia celebrada entre a Controlada direta Auren Operações e Complexo Tucano para fins de composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 187,18 e montante envolvido de 11.904 MWh, e as compras foram efetuadas a um preço médio de R\$127,56 e montante envolvido de 21.269 MWh.
- (v) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 24 de setembro de 2024 da controlada direta Auren Operações, foi aprovada a distribuição de dividendos sobre lucros de períodos anteriores, à conta de reserva de investimentos, no valor total de R\$200.000, sendo pagos os montantes de R\$50.000 em 25 de setembro de 2024 e R\$50.000 em 11 de outubro de 2024.

30.1 Remuneração da alta administração

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo	10.134	12.121	10.562	12.552
Benefícios pós-emprego	308	380	308	380
Outros benefícios de longo prazo	3.654	516	3.654	516
Benefícios de Rescisão Contrato de Trabalho	11.830	—	11.830	—
Remuneração baseada em ações	391	346	391	346
Total	26.317	13.363	26.745	13.794

30.2 Acordo de indenização decorrente de transações e eventos societários

Em 31 de dezembro de 2015, a antiga Companhia Brasileira incorporou a AES Tietê S.A e, posteriormente, foi objeto de cisão parcial. O acervo líquido contábil da Companhia Brasileira foi vertido para a Brasileira Participações e o da AES Tietê S.A para a AES Tietê Energia S.A, a qual manteve o mesmo CNPJ da Companhia Brasileira (atual Auren Operações).

O protocolo de cisão da antiga Companhia Brasileira estabelecia, dentre outras disposições, a responsabilidade da Brasileira Participações perante a AES Tietê Energia S. A (atual Auren Operações) por reflexos ativos e passivos, materializados ou não, presentes e futuros, relativos ao acervo cindido transferido, inclusive aqueles decorrentes dos processos judiciais e administrativos.

Para este fim, conforme aprovado pelos seus então acionistas controladores AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A – BNDESPar, foi assinado um acordo de indenização que estabeleceu os termos, condições e mecanismos de indenização pela Brasileira Participações em favor da antiga AES Tietê Energia (atual Auren Operações) por eventuais perdas incorridas por esta última, relacionadas aos processos judiciais e administrativos existentes e futuros relacionados à parcela cindida.

O acordo de indenização, que resguarda o direito da Auren Operações ser indenizada em virtude dos passivos atrelados à Brasileira Participações, contempla os processos tributários com probabilidade de perda classificada como possível divulgados na nota explicativa 18.2, uma vez que na qualidade de sucessora legal da antiga Companhia Brasileira, a Auren Operações deve permanecer solidariamente responsável pelos passivos tributários.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado					
		2024		2023			
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	149.369	149.369	50.123	50.123	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas)	3	Nível 2	1.760.347	1.760.347	1.964.822	1.964.822	Valor justo por meio do resultado
Fundo de liquidez - Conta Reserva	3	667.030	667.030	—	—	Custo amortizado	
Contas a receber de clientes	4	501.928	501.928	375.660	375.660	Custo amortizado	
Conta de ressarcimento	8	9.241	9.241	17.572	17.572	Custo amortizado	
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	214.747	214.747	—	—	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		Nível 2	242.455	242.455	66.468	66.468	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7	12.425	12.425	614.700	614.700	Custo amortizado	
Total		3.557.542	3.557.542	3.089.345	3.089.345		
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13	544.828	544.828	375.775	375.775	Custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	9.299.042	8.638.857	9.485.385	9.394.136	Custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15	1.925.186	1.742.549	1.972.742	1.869.279	Custo amortizado	
Conta de ressarcimento	8	949.714	949.714	776.547	776.547	Custo amortizado	
Passivo de arrendamento	16	99.818	99.818	220.110	220.110	Custo amortizado	
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	109.999	109.999	346.427	346.427	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		Nível 2	257.430	257.430	54.754	54.754	Valor justo por meio do resultado
Obrigações de aquisições	20	—	—	131.990	131.990	Custo amortizado	
Opção de recompra de participação acionária	21	17.329	17.329	15.440	15.440	Custo amortizado	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		99.264	99.264	45.976	45.976	Custo amortizado	
Total		13.302.610	12.459.788	13.425.146	13.230.434		

(i) A variação é devido a valorização do dólar no período, resultando em uma posição ativa em algumas operações de swap de câmbio contratadas pela Companhia e suas controladas.

(ii) O aumento é devido, principalmente, ao maior volume de operações de compra e venda de energia em função da volatilidade e aumento da base de preços associada a fatores climáticos.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

Instrumentos derivativos

■ Hedge de Fluxo de Caixa

A Companhia e suas controladas contrataram operações de derivativos de swap de câmbio e NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de se proteger da exposição à moeda estrangeira.

Os itens protegidos e os instrumentos de hedge possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do nocional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros, que protegem os empréstimos com taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do hedge não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas Controladas concluíram pela efetividade das suas operações de hedge firmados em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem à: (i) operações por meio de *cross currency swaps* para proteger a totalidade da exposição cambial dos empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI e (ii) operações por meio de NDF para proteção ao risco cambial referente à exposição gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Ambos itens se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Ncional (US\$/mil)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	51.946	135	116.122	(23.164)
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	47.246	19.810	138.169	(42.774)
25/11/2022	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (ii)	—	—	38.685	(1.430)
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	79.287	8.086	75.000	(1.481)
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	36.268	4.079	36.315	(1.043)
Abril a setembro- 2024	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	Dólar	NDF (iv)	—	77.888	71.744	75.379
Total					214.747	109.998		5.487

(i) A controlada direta Auren Operações contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de US\$116.122 mil e US\$138.169 mil, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$800.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI + 1,50% a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI + 1.48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou operação de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de US\$ 38.685 mil em 25 de novembro de 2022, com valores de referência de R\$200.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para pagamento da aquisição dos Complexos Cassino, Caetés e Ventos do Araripe. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.31% + variação cambial por CDI + 1.60% a.a., com vencimento em parcela única em novembro de 2024.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) A Companhia contratou operação de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de US\$ 36.315 mil e US\$ 75.000 mil em 17 de janeiro de 2023, com valores de referência de R\$187.750 e R\$383.363, respectivamente, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para reforço de caixa e liquidez. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.29% + variação cambial por CDI + 1.65% a.a. e CDI + 1.60% a.a., respectivamente, ambas com vencimento em parcela única em 17 de janeiro de 2025.

(iv) A controlada direta Auren Operações contratou NDFs (non-deliverable forward) com o objetivo de proteger a totalidade dos recebimentos futuros decorrentes da receita gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Os NDFs foram contratados entre abril e setembro de 2024 e o valor nominal é de US\$ 71.744 mil, os quais têm seus vencimentos entre agosto de 2024 e junho de 2029. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos referidos NDFs totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$77.888. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

■ Derivativos de Valor Justo

A ARN Comercializadora possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2028. O resultado real dos instrumentos financeiros de contratos futuros pode variar, uma vez que as marcações a mercado desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e seus valores em determinado momento. As transações seguem políticas de risco aprovadas, que buscam controlar as exposições de crédito com contrapartes assim como volume em MWh transacionado.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor nominal líquido entre contratos de compra e de venda era de R\$10.347, posição a valor justo ativa de R\$242.455, e posição a valor justo passiva de R\$257.430, sendo a perda de marcação a mercado reconhecido no resultado no montante de R\$26.688 (nota 25).

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à diversos riscos que, se materializados, podem impactar seus resultados operacionais e financeiros. Tais riscos, para os quais a Companhia busca continuamente a estruturação de ações de mitigação, podem ser classificados nas seguintes categorias: (i) Riscos Estratégicos - vinculados a tomadas de decisão estratégicas que podem causar perda de valor econômico e/ou dano à reputação perante o mercado, aos clientes, às comunidades onde atua, e demais *stakeholders*; (ii) Riscos Legais/Regulatórios – associados à mudanças de regulamentação que podem impactar significativamente a capacidade da Companhia de buscar seus objetivos de negócio; (iii) Riscos Operacionais – eventos lesivos à Companhia decorrentes de falhas inerentes aos processos, pessoas e sistemas internos ou à fatores exógenos como redução dos recursos de geração, catástrofes naturais, etc.; (iv) Riscos Tecnológicos – associado à indisponibilidades de ambientes de Tecnologia de Informação (TI) ou de Tecnologia da Automação (TA) causadas por falhas internas/externas ou à ataques cibernéticos, prejudicando a continuidade dos processos de negócio regulares da Companhia e gerando impactos em toda a cadeia de valor ou riscos de vazamento de informações pessoais (titulares de dados) ou corporativas confidenciais, sob gestão ou de propriedade da Companhia e (v) Riscos Financeiros – associados às eventuais falhas nas operações financeiras e contábeis da Companhia, emissão inadequada de relatórios financeiros, fiscais, gerenciais, regulatórios, volatilidade da taxa de juros e outros indicadores macroeconômicos e demais fatores. A categoria de riscos financeiros contempla também risco de crédito (perdas devido ao não das obrigações financeiras das contraparte com as quais a Companhia opera), risco de liquidez (perdas devido à Companhia não conseguir honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, mediante vencimento) e riscos de mercado (perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de posições da carteira de comercialização da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, preços de energia, taxas de juros, etc.).

Por fim, cabe destacar que, como decorrência da materialização de qualquer um dos riscos elencados acima, a Companhia enxerga a existência de risco imagem que pode vir a causar efeito negativo à reputação, credibilidade ou à marca da Companhia.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura e o processo de gerenciamento das principais categorias de risco descritas acima, estão detalhados a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento dos riscos

Visando assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a Administração deve empregar esforços para garantir: (i) a correta atuação das três linhas de atuação (detalhadas a seguir) bem como (ii) a observância ao processo de gerenciamento de riscos.

Para este fim, o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, supervisiona e avalia periodicamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como o processo e as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos, que são:

i) 1ª linha de atuação - Áreas de negócio da Companhia responsáveis por garantir a observância das práticas de gerenciamento de riscos inerentes ao exercício de suas respectivas funções, incluindo a identificação, análise, avaliação e tratamento de tais riscos por meio da execução das ações de mitigação e da manutenção dos respectivos controles internos.

ii) 2ª linha de atuação - Composta pelas áreas de Gestão de Riscos de Negócio, Controles Internos e Ética e Integridade com a atribuição de, entre outros: (i) estruturar e continuamente aprimorar o processo de gerenciamento de riscos (identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos), (ii) apoiar a 1ª linha de atuação no processo de gerenciamento de riscos, (iii) padronizar procedimentos, sistemas e normativos que suportem a 1ª linha de atuação no gerenciamento dos riscos inerentes ao negócio, (iv) fomentar a cultura de gestão de riscos na Companhia, entre outros. Cabe também à 2ª linha de atuação o reporte aos respectivos órgãos de governança sobre o status do gerenciamento dos riscos e principais pontos de atenção.

iii) 3ª linha de atuação – Composta pela Auditoria Interna, responsável por aferir o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, de forma imparcial e independente e comunicar o resultado à Administração da Companhia, por meio de reporte executivo ao Comitê de Auditoria Estatutário e reporte administrativo ao CEO, tomando como base as melhores práticas de governança em companhias de capital aberto.

(a.1) Gestão de Riscos

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, disponível para consulta nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM e da B3, estabelecendo as diretrizes e responsabilidades sobre o tema na Companhia. Nesta política consta o detalhamento de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, desde a identificação, análise com base nos pilares de probabilidade e impacto, avaliação frente aos apetites a risco definidos junto ao Conselho de Administração, tratamento com base no resultado da etapa de avaliação visando garantir a aderência aos respectivos apetites, monitoramento e comunicação aos respectivos órgãos de governança.

O processo descrito acima e detalhado na política é executado de forma contínua, coordenada e estruturada e é fundamentado nas diretrizes estabelecidas pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2018, pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), pelo Modelo das Três Linhas 2020 do IIA (*The Institute of Internal Auditors*) e pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

(a.2) Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Diretoria de Riscos Estratégicos e Controles, tem como atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos, implementação e avaliação de controles que mitiguem riscos objetivando assim garantir a exatidão das demonstrações contábeis.

(a.3) Auditoria Interna

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Auren Energia conta com uma área de Auditoria Interna estruturada, que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, assegurando o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa.

A Auditoria Interna tem como missão avaliar os principais riscos, o ambiente de controles internos e a governança corporativa, com o objetivo de garantir, entre outros aspectos, a acurácia das demonstrações financeiras, o cumprimento da legislação brasileira, a conformidade com as normas regulatórias do setor elétrico e a aderência às políticas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é desenvolvido com base na avaliação de riscos corporativos, buscando oferecer uma análise independente e criteriosa sobre possíveis riscos, deficiências significativas e fragilidades no ambiente de controle que possam impactar os processos e as demonstrações contábeis da Companhia.

Identificadas eventuais deficiências ou não conformidades, são definidos planos de ação pelos responsáveis pelos processos, especialmente quando os impactos alcançam as demonstrações contábeis. Esses planos são revisados pela área de Controles Internos, quando aplicável, e sua implementação é acompanhada de perto pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria anual é submetido à aprovação do Conselho de Administração e os resultados dos trabalhos realizados são regularmente reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário, reforçando o compromisso da Companhia com a transparência e a excelência na gestão corporativa.

(a.4) Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais elevados padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para isso, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna, conduzido pela área de Ética e Integridade. O principal objetivo desse processo é conhecer os parceiros e avaliar os riscos associados às transações.

Além disso, todos os empregados da Companhia recebem uma cópia do Código de Conduta no momento da admissão, bem como treinamentos específicos sobre a lei anticorrupção, ética nos negócios, integridade corporativa, bem como treinamentos a respeito das principais normas e políticas que norteiam as ações do time de ética e integridade. A cultura de integridade e a importância do tema são reforçadas através do engajamento da alta liderança, além de comunicações periódicas a todos os colaboradores sobre suas normas, políticas e procedimentos. A Companhia também compartilha seu Código de Conduta com seus parceiros comerciais na cadeia de suprimentos e o anexa aos contratos relevantes, juntamente com cláusulas contratuais que preveem condições de ética e integridade dentro dos padrões estabelecidos pela lei.

Em caso de denúncia, suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Integridade. Com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas serão tomadas tempestivamente pela Comissão de Conduta, sejam elas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. Se houver impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo a alta liderança e o Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do *rating* de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

O risco decorrente da possibilidade do Grupo Auren apresentar perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR e ACL.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
Notas		2024	2023	2024	2023
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	220.466	342.908	1.909.716	2.014.945
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	—	—	6.194	—
Contas a receber de clientes	4	—	—	501.928	375.660
Cauções e depósitos vinculados	7	846	752	12.425	614.700
Instrumentos financeiros derivativos		115.555	—	457.202	66.468
Total da exposição		336.867	343.660	2.887.465	3.071.773

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Consolidado	
		2024	2023
		(Reapresentado)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	11.224.228	11.458.127
Garantias de financiamento	7	(667.030)	(574.305)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(1.909.716)	(2.014.945)
Dívida líquida		8.647.482	8.868.877
Patrimônio líquido		6.321.027	5.579.423
Índice de alavancagem financeira		136,81%	158,96%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de dezembro de 2024, 20,00% (20,15% em 31 de dezembro de 2023) é de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,79 anos (4,9 anos em 31 de dezembro de 2023).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados também para atendimento aos *covenants*.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures”, “Empréstimos e Financiamentos” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	544.828	—	—	—	—	544.828	375.775
Debêntures	222.535	619.909	4.105.909	2.894.417	11.030.918	18.873.688	11.411.917
Empréstimos e Financiamentos	1.350.231	633.011	944.505	1.046.853	1.180.731	5.155.331	6.052.497
Passivo de arrendamento	873	2.619	3.546	9.407	87.421	103.866	227.845
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	99.264	—	—	—	99.264	45.976
Obrigações de aquisições	—	—	—	—	—	—	131.990
Total	2.118.467	1.354.803	5.053.960	3.950.677	12.299.070	24.776.977	18.246.000

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2024 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Notas	2024	2023
			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs ,Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento)	3	1.760.347	1.964.822
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(11.377.166)	(11.523.605)
Total da exposição líquida		(9.616.819)	(9.558.783)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Auren Participações S.A.
Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	1.760.347	122.344	183.604	244.688	305.948	367.032
Impacto no resultado			122.344	183.604	244.688	305.948	367.032
			Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - ativo	IPCA	9.241	231	347	462	578	693
Ressarcimento - passivo	IPCA	(949.714)	(23.743)	(35.614)	(47.486)	(59.357)	(71.229)
Impacto no resultado			(23.512)	(35.267)	(47.024)	(58.779)	(70.536)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	CDI	(1.426.620)	(114.408)	(164.551)	(214.549)	(264.692)	(314.691)
Scotiabank 4131 - Auren Operações (ii)	CDI	(1.219.020)	(104.278)	(147.336)	(190.271)	(233.329)	(276.263)
Scotiabank 4131 - Auren Participações 2ª série (ii)	CDI	(475.812)	(41.211)	(58.034)	(74.809)	(91.632)	(108.407)
Scotiabank 4131 - Auren Participações 3ª série (ii)	CDI	(230.390)	(20.078)	(28.228)	(36.354)	(44.504)	(52.630)
10ª Emissão - Auren Operações	CDI	(754.641)	(64.554)	(91.209)	(117.788)	(144.444)	(171.022)
Impacto no resultado			(344.529)	(489.358)	(633.771)	(778.601)	(923.013)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(1.094.496)	(106.678)	(121.326)	(135.975)	(150.623)	(165.272)
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	IPCA	(888.290)	(65.092)	(76.718)	(88.345)	(99.971)	(111.598)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(377.494)	(18.182)	(23.007)	(27.833)	(32.658)	(37.483)
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(394.732)	(34.387)	(39.620)	(44.853)	(50.087)	(55.320)
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	IPCA	(253.764)	(18.595)	(21.917)	(25.238)	(28.560)	(31.881)
8ª Emissão - Auren Operações	IPCA	(185.303)	(16.067)	(18.522)	(20.978)	(23.434)	(25.890)
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(85.246)	(10.205)	(11.369)	(12.533)	(13.697)	(14.861)
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(86.652)	(10.036)	(11.215)	(12.394)	(13.573)	(14.752)
Outros	IPCA	(27.227)	(681)	(1.021)	(1.361)	(1.702)	(2.042)
1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	IPCA	(13.504)	(1.427)	(1.609)	(1.791)	(1.973)	(2.155)
1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	IPCA	(9.438)	(972)	(1.099)	(1.226)	(1.353)	(1.480)
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA	(82.889)	(8.300)	(9.412)	(10.524)	(11.636)	(12.748)
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA	(71.424)	(6.859)	(7.814)	(8.768)	(9.723)	(10.678)
1ª Emissão - Potengi Holdings	IPCA	(314.775)	(31.648)	(35.873)	(40.098)	(44.322)	(48.547)
11ª Emissão - Auren Operações	IPCA	(646.996)	(59.215)	(67.827)	(76.439)	(85.052)	(93.664)
1ª Emissão Potengi (2ª Série)	IPCA	(209.018)	(20.308)	(23.105)	(25.902)	(28.698)	(31.495)
1ª Emissão - (1ª série) - Santa Tereza 07	IPCA	(650.534)	(62.472)	(71.168)	(79.863)	(88.558)	(97.253)
1ª Emissão - (2ª série) - Santa Tereza 07	IPCA	(325.605)	(31.769)	(36.128)	(40.486)	(44.844)	(49.202)
FDNE - Santa Tereza 01	IPCA	(125.444)	(6.903)	(8.517)	(10.131)	(11.745)	(13.359)
BNB - São Ricardo 03	IPCA	(126.556)	(9.040)	(10.694)	(12.347)	(14.001)	(15.655)
BNB - São Ricardo 04	IPCA	(98.432)	(7.031)	(8.317)	(9.604)	(10.890)	(12.176)
Impacto no resultado			(525.867)	(606.278)	(686.689)	(767.100)	(847.511)
TJLP			4,37%	6,56%	8,75%	10,93%	13,12%
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(411.652)	(27.441)	(36.655)	(45.851)	(55.040)	(64.253)
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(427.483)	(28.497)	(38.064)	(47.615)	(57.156)	(66.724)
BNDES - Auren Operações	TJLP	(132.373)	(9.391)	(12.365)	(15.334)	(18.301)	(21.276)
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(122.498)	(7.833)	(10.568)	(13.298)	(16.025)	(18.760)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(108.858)	(7.234)	(9.670)	(12.101)	(14.531)	(16.967)
Impacto no resultado			(80.396)	(107.322)	(134.199)	(161.053)	(187.980)
Total da exposição líquida		(11.377.166)	(851.960)	(1.054.621)	(1.256.995)	(1.459.585)	(1.662.008)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que que não há exposição a riscos de mercado.

(ii) Os empréstimos captados no exterior por meio de *swaps* de câmbio trocaram a totalidade do risco de juros e variação cambial por CDI.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacarú junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

Risco de moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes dos empréstimos em moeda estrangeira, contrataram instrumentos financeiros derivativos de swap de câmbio. Para o período de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram risco de moeda estrangeira.

A controlada direta Auren Operações, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em recebimentos futuros, contratou instrumentos financeiros derivativos Non-Deliverable Forward (NDF).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com o uso de cenários e projeções estão apresentados abaixo:

		Projeção Patrimônio Líquido - 01 ano					
Instrumentos	Risco	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Scotiabank 4131 - Auren Operações SWAP	Dólar	79.247	(639.759)	(244.636)	(171.889)	545.611	940.734
Scotiabank 4131 - Auren Participações 2ª série SWAP	Dólar	71.201	(158.203)	(34.533)	(12.245)	212.808	336.479
Scotiabank 4131 - Auren Participações 3ª série SWAP	Dólar	32.189	(78.900)	(19.018)	(8.226)	100.745	160.627
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(77.888)	148.804	44.470	(59.863)	(164.197)	(268.530)
Impacto no Patrimônio Líquido		104.749	(728.058)	(253.717)	(252.223)	694.967	1.169.310

Risco sobre operações de venda e compra de contratos futuros de energia

O principal fator de risco é a exposição da variação dos preços de mercado de energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo.

Dessa forma, objetivando avaliar a possível variabilidade do resultado da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, foi realizado uma simulação balizada pela volatilidade dos últimos dez anos do comportamento dos preços de mercado. A distribuição contendo os possíveis cenários de resultado foi dividida em quatro partes, os chamados quartis. E foram analisados o primeiro e o terceiro quartil que representam uma significância de 75% da amostra, isso significa que existe uma possibilidade, em quatro ocorrências, que o resultado dos contratos futuros de energia fique abaixo do valor estimado. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade para os contratos futuros de energia em 31 de dezembro de 2024, conforme os seguintes cenários:

- I. Cenário base, conforme curva de preço definido pela Administração para 31 de dezembro de 2024;
- II. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 25% da distribuição;
- III. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 75% da distribuição.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de risco	Natureza da Operação	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contratos de compra e venda - valor justo	Contratos futuros de energia	14.975	14.975	4.982	24.968

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 15.3).

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, exceto para 8ª Emissão da Auren Operações, para a 1ª Emissão da Tietê Eólica, para os empréstimos e financiamentos dos Complexos Eólicos de Salinas e Mandacarú, Caetés, Araripe e Cassino que têm suas verificações anuais, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da controlada direta Auren Operações e da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco hidrológico

A geração de energia elétrica proveniente do parque gerador hidrelétrico do país depende diretamente de condições hidrológicas.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico “GSF”) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina, as quais serão valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Quando o conjunto de usinas participantes do MRE produz energia nos níveis de suas garantias física e ainda quando houver saldo positivo de energia produzida, verifica-se uma situação de excedente de geração (designado como “Energia Secundária”), a qual é alocada proporcionalmente entre os geradores e liquidada no mercado de curto prazo ao PLD.

Ainda, além das situações acima, também pode ocorrer de a alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto da geração, o que pode ou não gerar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e o submercado de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, dispõe de um tratamento específico e estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro, que podem reduzir ou eliminar as exposições, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem e da regra de sazonalização adotada pela Companhia.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas e solares

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$ 177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, fomos Notificados de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$ 650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, contestamos as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Notas Explicativas**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação esteja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que a reforma tributária aprovada somente produzirá efeitos a partir de 2026, e após sua regulamentação através de leis complementares e ordinárias (com a definição da alíquota dos novos tributos, por exemplo), a Companhia poderá mensurar os impactos futuros.

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica**Instabilidade econômica**

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco socioambiental

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001 para os ativos com no mínimo três anos em operação pela Auren Participações, sendo as usinas hidrelétricas, os parques solares e complexos eólicos Alto Sertão II e Ventus. Além disso, todos os empreendimentos em operação possuem licenças ambientais válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para monitoramento estrutural (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes representadas por compromissos voluntários.

(c.6) Risco de obrigação de expansão

A controlada direta Auren Operações possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Há um acordo judicial assinado em outubro de 2018 com Governo de São Paulo, concedendo 6 anos para cumprir a obrigação, vide nota explicativa nº 1.5.

(c.7) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

(c.8) Risco de concentração - Fornecedores

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A concentração de fornecedores pode expor a Companhia e suas controladas a riscos financeiros significativos de crédito ou de desempenho. Muitas vezes a Companhia depende de um único fornecedor contratado ou de um pequeno número de fornecedores para o fornecimento de aerogeradores e outros serviços necessários à operação dos complexos. Se esses fornecedores não conseguem cumprir com as suas obrigações operacionais, a Companhia busca atender às suas necessidades comprando de outros fornecedores, a preços de mercado, se expondo à volatilidade dos preços e ao risco de não estarem disponíveis durante determinados períodos, o que poderia impactar negativamente a lucratividade e afetar os resultados operacionais, e a violação de acordos com outras contrapartes, incluindo, sem limitação, clientes ou credores. Qualquer falha de um fornecedor no cumprimento de suas obrigações contratuais poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados financeiros da Companhia.

(c.9) Risco de mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas possuem um portfólio diversificado (eólica, solar e hidro) e reconhecem que o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a garantia das suas operações.

Com isto, avalia a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono.

Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia, que em conjunto com a Diretoria de Estratégia e demais áreas, monitoram os cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia e suas controladas a diferentes tipos de riscos, através de estudos que utilizam cenários projetados a longo prazo, que incluem preço e valor e avaliação de mudanças climáticas no portfólio de energia.

Em um projeto realizado por empresas especializadas para a Auren Participações, utilizando projeções dos impactos nas mudanças do clima no setor elétrico para os anos de 2030 e 2050, verificou-se que, mesmo para aqueles anos com tendência de variação na vazão histórica, não foram apontados riscos significativos em relação ao portfólio de geração de energia a longo prazo no Brasil, justificada, principalmente, pela resiliência do sistema devido à flexibilidade operacional de geração nas hidrelétricas.

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	Outubro 2024	Outubro 2025	R\$ 1.565.000
Vida em grupo	Julho de 2024	Julho de 2025	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil de administradores- D&O	Abril 2024	Abril 2025	R\$ 100.000
Responsabilidade civil geral	Abril 2024	Abril 2025	R\$ 60.000
Riscos ambientais	Abril 2024	Abril 2025	R\$ 10.000
Frota veículos - RCF	Abril 2024	Abril 2025	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Seguro Viagem Nacional	Abril 2024	Abril 2025	R\$ 126
Seguro Viagem Internacional (i)	Abril 2024	Abril 2025	US\$ 956
Riscos Diversos - equipamentos	Maior 2024	Maior 2025	R\$ 672
Responsabilidade Civil Explorador -Transportador Aéreo	Abril 2024	fevereiro 2025	R\$ 396

(i) Importância segurada em Dólar

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo Auren, com exceção do seguro de frota veículos – RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo Auren.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compensações de PIS e COFINS	504	410	23.692	19.833
Compensações de IRPJ e CSLL	—	—	—	61
Compensações de ICMS	—	—	181.093	41.284
Total	504	410	204.785	61.178

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(164.259)	(173.768)	(808.348)	(398.067)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	—	(148.954)	(437.146)
Total de pagamento de juros	(164.259)	(173.768)	(957.302)	(835.213)

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(100.652)	(74.944)
Total	(100.652)	(74.944)

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Notas Explicativas

Notas	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.298.543	147	1.298.690	10.895.030	286	10.895.316
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	571.113	—	571.113	1.168.104	—	1.168.104
Pagamentos de principal	(1.328)	—	(1.328)	(851.742)	—	(851.742)
Diferimento custos de transação	(324)	—	(324)	(9.739)	—	(9.739)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(173.768)	—	(173.768)	(398.227)	—	(398.227)
Juros capitalizados	—	—	—	(437.146)	—	(437.146)
Pagamento de dividendos	—	(5)	(5)	—	(217.701)	(217.701)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	201.961	—	201.961	1.052.502	—	1.052.502
Variação monetária	—	—	—	184.690	—	184.690
Variação cambial	(49.538)	—	(49.538)	(145.345)	—	(145.345)
Prescrição de dividendos	—	5	5	—	5	5
Destinação de dividendos	—	44.910	44.910	—	263.386	263.386
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.846.659	45.057	1.891.716	11.458.127	45.976	11.504.103
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	15	—	—	2.352.849	—	2.352.849
Pagamentos de principal	15	(1.290.975)	(1.290.975)	(3.244.686)	—	(3.244.686)
Diferimento custos de transação	15	—	—	(108.079)	—	(108.079)
Pagamento de encargos financeiros (i)	15	(164.259)	(164.259)	(957.303)	—	(957.303)
Pagamento de dividendos	—	(44.884)	(44.884)	—	(92.031)	(92.031)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	15	124.191	124.191	939.642	—	939.642
Variação monetária	15	—	—	248.662	—	248.662
Variação cambial	15	190.550	190.550	535.015	—	535.015
Destinação de dividendos	—	—	—	—	145.319	145.319
Saldos em 31 de dezembro de 2024	706.166	173	706.339	11.224.227	99.264	11.323.491

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

34. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos contratuais da Companhia e suas controladas, não reconhecido nas demonstrações contábeis é demonstrado abaixo:

	Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	21.234	21.234	21.234	21.234	21.234	183.366	289.536	219.966
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	352.471	352.471	352.471	352.471	352.471	3.291.038	5.053.393	4.567.773
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	49.768	49.768	49.768	49.768	49.768	174.192	423.032	384.770
Encargos de conexão	5.233	5.233	5.233	5.233	5.233	39.563	65.728	90.714
Construção, modernização e manutenção de usinas	309.438	109.223	70.661	38.246	6.330	4.237	538.135	822.327
Fornecimento de turbinas eólicas	—	—	—	—	—	—	—	1.380.447
Contratos de compra de energia	—	—	—	—	—	—	—	843.295
Arrendamentos	17.147	17.021	17.021	17.021	17.021	436.338	521.569	—
Total	755.291	554.950	516.388	483.973	452.057	4.128.734	6.891.393	8.309.292

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35. INVESTIMENTOS E GASTOS EM MEIO AMBIENTE

Do total de investimentos e despesas com meio ambiente em 31 de dezembro de 2024, R\$24.607 (R\$26.031 em 31 de dezembro de 2023) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 1.028 foram registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização das despesas é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

	Consolidado	
	2024	2023
Licenciamento e programas ambientais	21.933	23.008
Gestão Operacional	—	—
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	2.674	3.023
Total	24.607	26.031

A controlada direta Auren Operações segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2024, a controlada direta Auren Operações realizou a auditoria de monitoramento do sistema de gestão integrado na ISO 14001:2015 (Meio Ambiente) e na ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde do Trabalho), ambas com escopo para usinas hidrelétricas, solares e eólica, e expandiu a certificação para os Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. O engajamento Auren Operações na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2024, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, respondeu o relatório CDP (Carbon Disclosure Project) Climate Change e Water Security e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da B3, reportando informações relativas ao tema.

A controlada direta Auren Operações desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

- a. O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal. O programa ainda auxilia projetos de restauração ecológica através de apoio técnico no diagnóstico das áreas, na indicação de metodologias viáveis e, principalmente, com a disponibilidade de mudas de árvores nativas para os projetos;
- b. O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictiofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aquicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;
- c. O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;
- d. O programa de monitoramento e conservação da fauna tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios são realizados através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), por meio de sistema de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

detecção de mudanças, imagens de satélite, levantamentos aerofotogramétricos e fiscalizações de campo com equipe técnica especializada. O CMR utiliza sistemas e equipamentos de última geração, para mapeamento e cadastramento em campo, como sistema GIS e drones. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e pela remoção de ocupações irregulares.

Crítérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Em 06 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 800.000 mediante a emissão de 107.768.392 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 7,42332688649 por ação passando o capital social subscrito da Companhia dos atuais R\$ 3.321.471 para R\$ 4.121.471.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e acionistas da
Auren Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Auren Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 3.877.643 mil, conforme divulgado na nota explicativa 25, e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 1.630.513 mil, conforme divulgado na nota explicativa 26. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita e do ambiente de controle da Companhia; (iii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 25 e 26, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se

manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- 2SP034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Participações S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 2, Pinheiros, São Paulo/SP, Brasil e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

Diretores:

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Presidente

Mateus Gomes Ferreira
Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Vice-Presidente

Carlos Curci Neto
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Participações S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 2, Pinheiros, São Paulo/SP, Brasil e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

Diretores:

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Presidente

Mateus Gomes Ferreira
Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Vice-Presidente

Carlos Curci Neto
Diretor Vice-Presidente